Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA)



Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a agricultura

Área Temática: Crédito para a Agricultura Familiar

Período de Análise: junho de 2009.

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da Abag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Revista Globo Rural
Revista Isto é Dinheiro Rural

Índice

MDA amplia para R$ 1,1 bilhão o apoio para agricultores – Sítio Eletrônico do MDA – 03/06/2009 5

Dezesseis produtos contam com bônus do Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar – Sítio Eletrônico do MDA – 09/06/2009 6

Renda agrícola de 2009 pode chegar a R$ 155 bilhões – Sítio Eletrônico da CNA – 10/06/2009 7

Plano Agrícola e Pecuário será anunciado dia 22 de junho – Sítio Eletrônico da CNA – 10/06/2009 8

CNA: Redução da Selic ajuda a baixar as taxas de juros para a agropecuária – Sítio Eletrônico da CNA – 15/06/2009 8

Ministros instituem Plano para valorizar produtos extrativistas 'Sitio Eletrônico do MDA – 15/06/2009 9

Unificação de cadastro ambiental e fundiário conterá avanço do desmatamento – Sítio Eletrônico do MDA – 16/06/2009 10

Plano de Safra dá força à "Classe média" Rural – Sítio eletrônico da CNA – 17/06/2009 10

Plano de Safra dará ênfase à agricultura sustentável, diz Stephanes – Sítio Eletrônico da CNA – 17/06/2009 12

Plano Safra amplia e melhora condições para acesso ao crédito – Sítio Eletrônico do MDA – 17/06/2009 12

Novo plano de safra fortalece "classe média" e cooperativas – Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios – 17/06/2009 14

Seguro terá aumento de R$ 50 no período 2009/2010 – Sítio eletrônico da Contag - 18/06/2009 16

Nova proteção para agricultor familiar – Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios – 18/06/2009 16

Produtor sem seguro afetado pelo clima pode rolar dívidas – Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios – 18/07/2009 17

Ruralistas pedem ao BC crédito mais fácil e um fundo garantidor – Sítio Eletrônico da CNA – 19/06/2009 18

Plano Agrícola e Pecuário 2009/2010 será detalhado em entrevista coletiva neste domingo – Sítio Eletrônico da CNA – 19/06/2009 19

Governo quer acelerar 'Mais Alimentos' – Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios – 19/06/2009 19

Plano prioriza agricultor médio – Célia Froufe – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 20/06/2009 21

Lula dá aval para a ajuda ao agronegócio – Kennedy Alencar e Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Dinheiro – 21/06/2009 22

Crédito é o calcanhar de aquiles do setor – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – 21/06/2009 23

O BNDES é amigo da motosserra? – Vinicius Torres Freire – Folha de São Paulo – Dinheiro – 21/06/2009 24

Plano de Safra soma R$ 107,5 bi e foca médio produtor – Sítio Eletrônico da CNA – 22/06/2009 25

Lula dá aval para a ajuda ao agronegócio – Sítio Eletrônico da CNA – 22/06/2009 26

Com volume de recursos abaixo do esperado para o Plano Agrícola e Pecuário, CNA defende mecanismos que garantam acesso ao crédito – Sítio Eletrônico da CNA – 22/06/2009 28

Nota Técnica CNA - Plano Agrícola e Pecuário 2009/2010 – Sítio Eletrônico da CNA – 22/06/2009 29

Plano de safra eleva em 37% o crédito – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 22/06/2009 34

Safra terá R$ 107,5 bi de imediato – Sitio Eletrônico da CNA – 23/06/2009 35

Safra terá R$ 107,5 bi de imediato – Márcia de Chiara e Sandra Hahn - Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 23/06/2009 37

Governo amplia crédito agrícola em 37% - José Maschio – Folha de São Paulo – Dinheiro – 23/06/2009 38

Liderança teme que dinheiro não chegue ao campo – Gitânio Fortes – Folha de São Paulo – Dinheiro – 23/06/2009 39

O plano para o campo – Sítio Eletrônico da CNA – 24/06/2009 40

Programa de combate a pobreza prevê empréstimos para o campo – Sítio Eletrônico da Contag - 24/06/2009 41

Oficinas capacitam dirigentes para acessar programa de crédito fundiário – Sítio eletrônico da Contag - 24/06/2009 42

Uma nova política rural – Sítio Eletrônico da CNA – 26/06/2009 43

Ainda restam R$ 13 bi em crédito de 2008/09 – Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios – 26/06/2009 44

Máquinas agrícolas: dívida do setor limita acesso ao pacote – Sítio Eletrônico da CNA – 29/06/2009 45

BNDES reduz de 10,25% para 4,5% ao ano taxa de juros do Finame – Sítio Eletrônico da CNA – 29/06/2009 47

Prorrogado para 30 de setembro prazo para renegociar operações inscritas na Dívida Ativa da União (DAU) – Sítio Eletrônico da CNA – 30/06/2009 47

CMN aprova resolução que reclassifica operações de crédito agropecuário – Sítio Eletrônico da CNA – 30/06/2009 48

CMN define novos prazos de renegociação para operações de investimentos do Pronaf – Sítio eletrônico da CNA – 30/06/2009 49

MDA amplia para R$ 1,1 bilhão o apoio para agricultores – Sítio Eletrônico do MDA – 03/06/2009

O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) ampliou de R$ 950 milhões para R$ 1,1 bilhão os recursos destinados a apoiar os agricultores familiares das regiões Norte, Nordeste e Sul do País que sofreram com os efeitos da seca ou das enchentes dos últimos meses. O anúncio foi feito na manhã desta quarta-feira (3) pelo ministro em exercício, Daniel Maia.

Entre as novidades (**leia aqui**), está a ampliação do crédito emergencial de R$ 1,5 mil para R$ 2 mil. A taxa é de 0,5% ao ano e dois anos para pagamento. Com este aumento do limite de crédito, os recursos disponibilizados pelo MDA chegam a R$ 380 milhões.

Segundo Maia, nas últimas semanas o Governo avançou no auxílio aos agricultores com a liberação de novas medidas pelos ministérios da Integração Nacional (MI), da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do Desenvolvimento Agrário. "Entendemos a necessidade de novas medidas e a ampliação de recursos para os atingidos no Sul, Norte e Nordeste do País", afirma Maia.

Foi prorrogado, ainda, o prazo até 28 de maio para a homologação, por parte da Defesa Civil, dos Decretos de Situação de Emergência ou Calamidade Pública, feitos pelas prefeituras municipais entre 1º de dezembro e 13 de maio.

Descontos

Os agricultores familiares poderão obter descontos no pagamento das parcelas de custeio do Pronaf não amparadas pelo Seguro da Agricultura Familiar (Seaf). No caso de optar por quitar a parcela ainda este ano, o agricultor terá abatimento de 30% na parcela de 2009. Já para aqueles que preferirem parcelar, o desconto será de 20% (na parcela de 2010), 15% (na parcela de 2011) e 10% (na parcela de 2012).

Maia explica que dada a gravidade da situação, essa medida é de grande importância, considerando que uma parcela de agricultores familiares atingidos não acessam o Seaf.

Segundo o ministro em exercício, esses descontos podem aliviar o peso da situação do financiamento e permitir que o agricultor melhore suas condições para continuar produzindo. "O MDA entende que a grande dificuldade dessas famílias, hoje, é se manter diante dos prejuízos causados pela seca ou enchente e continuar produzindo", disse.

Para garantir os descontos, os agricultores que sofreram com a seca no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul e São Paulo devem informar ao banco a intenção de pagamento das parcelas de custeio do Pronaf (à vista ou parcelada) até 1º de agosto de 2009. Os agricultores atingidos pelas enchentes nos estados do Acre, Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Bahia e Paraíba têm até 30 de

setembro deste ano para manifestar às instituições financeiras a intenção de pagamento das parcelas do Pronaf.

Dezesseis produtos contam com bônus do Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar – Sítio Eletrônico do MDA – 09/06/2009

Agricultores familiares que produzem ou trabalham com o algodão, amendoim, arroz, borracha, cará/inhame, castanha de caju, castanha-do-brasil, cebola, feijão, leite, mamona, milho, sisal, sorgo e trigo contam, este mês de junho, com o bônus do Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF) para os financiamentos dessas 16 culturas.

A portaria do PGPAF foi publicada na última segunda-feira (8), no Diário Oficial da União (DOU). Os preços de mercado e o bônus de desconto referem-se ao mês de maio de 2009 e têm validade para o período de 10 de junho a 9 de julho de 2009.

O feijão terá bônus em 14 estados, entre eles, o Piauí, que dará bônus de 47,60% para o produto. A segunda cultura com maior número de estados que terão o desconto no PGPAF é a borracha, 10 ao todo. Para esse produto, os agricultores baianos, por exemplo, contam com bônus de garantia de 34,64%. A castanha-do-brasil é o produto com o maior bônus (77,14 %) no Amapá, onde o preço de mercado ficou em R$ 12 e o preço de garantia cotou em R$ 52,49 (diferença de R$ 40,49).

Atualmente, 29 culturas estão incluídas no programa: algodão, alho, amendoim, borracha natural, caprino de corte, ovinos de corte, castanha-do-brasil, carnaúba, girassol, juta, malva, sisal, sorgo, triticale, arroz, café, inhame, cará, castanha de caju, cebola, feijão, leite, mamona, milho, pimenta-do-reino, mandioca, soja, tomate e trigo.

Programa

O PGPAF é uma garantia aos agricultores familiares de que seus financiamentos de custeio e/ou investimento, no momento de serem pagos aos bancos, terão um desconto no valor financiado. Esse bônus é equivalente à diferença entre o custo de produção (preço de garantia) e o de comercialização (de mercado), caso este último esteja abaixo do custo de produção.

O bônus é calculado mensalmente pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), que faz um levantamento nas principais praças de comercialização dos produtos da agricultura familiar e que integram o PGPAF. Dessa forma, garante-se que as famílias rurais não terão de se desfazer de seu patrimônio para pagar o financiamento quando os preços estiverem abaixo dos custos de produção.

Os bônus das operações de custeio e investimento ficam limitados a R$ 3,5 mil anuais por beneficiário do crédito rural, no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2009, independente do número de operações de crédito. Nas operações de investimento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o bônus pode ser concedido bastando que um único produto incluído no PGPAF seja gerador de 35%, ou mais, da renda estimada pelo agricultor para o pagamento do financiamento.

Renda agrícola de 2009 pode chegar a R$ 155 bilhões – Sítio Eletrônico da CNA – 10/06/2009

A estimativa de renda agrícola para 2009, baseada nos levantamentos da safra de maio, mostra que o Brasil deve obter R$ 155,2 bilhões para as vinte principais lavouras. A estimativa é 3,8% menor em valores reais que a obtida em 2008, de R$ 161,39 bilhões. Apesar da renda deste ano ser inferior à de 2008, ainda é a segunda maior desde o início desta série estatística, que começou em 1997. A renda agrícola é divulgada mensalmente pela Assessoria de Gestão Estratégica (AGE), do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa).

"Os preços agrícolas de alguns produtos tendem a se recuperar nos últimos meses", analisa o coordenador-geral de Planejamento Estratégico do Mapa, José Garcia Gasques. "Mantendo-se esse comportamento é de se esperar que continue havendo aproximação entre as estimativas de renda de 2008 e de 2009", ressalta.

Entre os produtos que apresentam aumento de renda destacam-se a uva (202,7%), cacau (19,7%), arroz (17,7%) e mandioca (14,6%). Num patamar abaixo destes encontram-se amendoim (11,1%), cana-de-açúcar (9,8%); batata inglesa (8%), laranja (3,1%), e, em nível bastante inferior de aumento, a banana, (0,5%).

Dez produtos pesquisados apresentam redução de renda em relação ao ano passado: milho
(-28,1 %), algodão herbáceo (-27,6%), tomate (-0,6), café (-14 %), cebola (-14,2%), feijão (-16,4%), fumo (-4,4%), pimenta-do-reino (-0,9%), soja (-2,1%) e trigo (-18,5%).

Renda regional - A renda regional mostra aumento apenas na região Norte, de 8,1%, já descontada a inflação. Os destaques para essa região foram Acre, Amazonas e Tocantins. No Acre e Amazonas, o aumento de renda observado deve-se à valorização das lavouras de mandioca e banana, enquanto em Tocantins, à mandioca e soja. As demais regiões vêm mostrando queda de renda. De acordo com Gasques, isso se deve à combinação de fatores entre os quais se destacam as estiagens e geadas no Sul e Sudeste, chuvas excessivas no Nordeste e uma combinação de estiagem e falta de investimentos privados no Centro Oeste.

Assessoria de Comunicação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Plano Agrícola e Pecuário será anunciado dia 22 de junho – Sítio Eletrônico da CNA – 10/06/2009

O Plano Agrícola e Pecuário 2009/2010 será anunciado no dia 22 de junho, às 15 horas, em Londrina/PR. Dos R$ 93 bilhões previstos para o programa, R$ 12,3 bilhões servirão como capital de giro para as agroindústrias. A informação é do ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Reinhold Stephanes.

Segundo o ministro, os recursos já estão disponíveis as agroindústrias, mas a liberação depende de operacionalização pelo Banco do Brasil e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). "Isso deve ser resolvido nos próximos dias", finalizou.

Assessoria de Comunicação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

CNA: Redução da Selic ajuda a baixar as taxas de juros para a agropecuária – Sítio Eletrônico da CNA – 15/06/2009

A redução da taxa Selic em um ponto percentual, passando de 10,25% para 9,25%, foi positiva para o setor, pois abre espaço para conter a entrada do dólar na economia brasileira. Segundo a presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), senadora Kátia Abreu, a decisão de hoje (10/06) do Copom (Comitê de Política Monetária) contribui para conter a queda do dólar e a conseqüente valorização do real, que pressionam para baixo os preços das commodities agrícolas no mercado interno. A decisão do Comitê de Política Monetária do Banco Central possibilita, também, a redução das taxas de juros praticadas no setor agropecuário.

É a primeira vez desde a criação do Copom, em junho de 1996, que a Selic atinge o patamar de um dígito. Novamente, a decisão do Copom foi conservadora, o que já era esperado pelo mercado. Esta decisão reforça o posicionamento do Comitê em defesa da necessidade de se manter atento às pressões inflacionárias. Revela, inclusive, a preocupação com futuras flexibilizações, que deverão ser implementadas com mais parcimônia.

Para a CNA, os números divulgados, ontem (9/6), pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para a economia brasileira abrem espaço para uma redução ainda maior da taxa Selic. Segundo esses dados, o Brasil entrou em recessão no quarto trimestre do ano passado. Apesar da queda do PIB, de -0,8 sobre o quarto trimestre, ter sido menor do que a esperada pelo mercado, os números do IBGE mostraram uma economia em forte contração, com queda acumulada do PIB de 4,5%, em seis meses. O que mais preocupa, no entanto, é a expressiva retração dos investimentos.

O setor agropecuário, cujo PIB caiu 0,5%, registrou a terceira taxa trimestral negativa consecutiva. O mercado formal de trabalho continua estagnado desde outubro do ano passado e a indústria ainda trabalha, na maioria dos setores, especialmente os ligados a bens de capital e a exportação, com baixa taxa de utilização da capacidade instalada. Embora a inflação mostre resistência para a queda, tende a reduzir-se nos próximos meses e deverá convergir para a meta de 4,5% em 2009 e, provavelmente, também em 2010.

Ministros instituem Plano para valorizar produtos extrativistas 'Sitio Eletrônico do MDA – 15/06/2009

15/06/2009

Lucia Leão

Os ministros do Meio Ambiente, Carlos Minc, do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias, assinam, nesta terça-feira (16), a portaria interministerial que institui o Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade, anunciado pelo presidente Lula no último mês de abril durante visita ao Pará. O ato será firmado durante o Workshop Castanha-do-Brasil, que começa nesta segunda-feira (15) no Instituto Israel Pinheiro, em Brasília.

A portaria também cria o Grupo de Coordenação, com representantes dos três ministérios e da Casa Civil, ao qual caberá articular as ações de governo para implementação do Plano Nacional, selecionar as cadeias prioritárias de produtos da sociobiodiversidade e estabelecer as diretrizes para elaboração e implementação dos seus respectivos planos de ação. Esses planos, por sua vez, devem contemplar a criação e composição das câmaras setoriais de cada cadeia, como a que está sendo formatada para a castanha-do-Brasil.

O Workshop, que prossegue até quarta-feira (17), reúne de 80 participantes entre representantes dos Povos e Comunidades Tradicionais e da Agricultura Familiar (PCTAF), do setor empresarial, de organizações não-governamentais ligadas à agricultura familiar e meio ambiente, de entidades de pesquisa e representantes dos governos estaduais e federal. Eles vão conhecer e debater a proposta de Plano de Ação para a Castanha-do-Brasil, elaborado a partir de diagnóstico já submetido à apreciação de organizações que desenvolvem trabalhos com o fruto nos estados do Amazonas, Pará, Acre, Amapá, Rondônia e Mato Grosso. Também serão definidos os responsáveis pelas ações propostas pelo plano e as atribuições da Câmara Setorial da Cadeia da Castanha-do-Brasil, que será constituída.

A castanha-do Brasil e o babaçu foram escolhidos como primeiros produtos beneficiados pelo Plano Nacional de Promoção das Cadeias de produtos da Sociobiodiversidade pela sua relevância relevância socioeconômica e ambiental na região amazônica. Juntas as duas cadeias beneficiam mais de 500 mil famílias de extrativistas e quebradeiras de coco e geram, anualmente, em torno de R$ 160 milhões

Unificação de cadastro ambiental e fundiário conterá avanço do desmatamento – Sítio Eletrônico do MDA – 16/06/2009

16/06/2009
Paulenir Constâncio

Para conter e monitorar o avanço do desmatamento na Amazônia o governo precisa de um cadastro integrado e eficiente, capaz de identificar proprietários e posseiros e exigir o cumprimento das medidas previstas na legislação ambiental. Para isso, técnicos dos ministérios do Meio Ambiente, Desenvolvimento Agrário, representantes de secretarias estaduais, BNDES e ONG, reuniram-se nesta terça-feira (16), na Universidade de Brasília.

Eles buscam uma forma de unificar os cadastros ambiental e fundiário. "O processo já está avançando em alguns estados e o principal resultado da oficina foi a conclusão de que já se caminha para uma integração", afirmou o diretor do Departamento de Articulação de Ações da Amazônia do Ministério do Meio Ambiente, Mauro Pires.

O cadastramento integrado começará pelos 43 municípios responsáveis por 55% do desmatamento na Amazônia. Quando estiver pronto, o cadastro vai permitir a órgãos licenciadores agilizar seu trabalho com relação às atividades rurais na região. Segundo Mauro Pires, alguns estados já estão bastante avançados na questão. Ele citou o Mato Grosso, onde já existe um programa específico voltado para a regularização fundiária e ambiental das propriedades. No Pará, o processo também está em andamento. Os dois estados lideram a lista dos municípios que mais desmatam. Rondônia também já avançou na solução do cadastramento, segundo explica.

Como resultado da oficina, o grupo vai elaborar um documento com recomendações aos órgãos dos governos estaduais e federais para a implementação da integração dos cadastros.

Plano de Safra dá força à "Classe média" Rural – Sítio eletrônico da CNA – 17/06/2009

Os planos do governo para estimular a nova safra da agricultura empresarial (2009/10) estão centrados no reforço de crédito à "classe média" rural e às cooperativas agropecuárias, aumento do volume de recursos a juros subsidiados pelo Tesouro Nacional, elevação pontual de preços mínimos de garantia, seguro rural mais abrangente com R$ 300 milhões e eventual redução nas taxas de juros do crédito rural a 6% ao ano.

Ainda sob avaliação dos formuladores do novo plano estão também a redução das alíquotas de depósito compulsório do bancos, a criação de um fundo garantidor de crédito (FGC) de R$ 8 bilhões e alterações nas regras de classificação de risco pelo Banco Central. O plano inclui R$ 93 bilhões, mas R$ 12,3 bilhões desse total já foram destinados ao socorro de capital de giro a agroindústrias e usinas de álcool.

Ao menos R$ 50 bilhões serão emprestados a juros subsidiados. Algumas medidas foram aprovadas ontem em reunião extraordinária do Conselho Monetário Nacional (CMN) e devem ser anunciadas na próxima segunda-feira, em Londrina (PR), pelo Ministério da Agricultura. O plano de R$ 15 bilhões para a agricultura familiar será oficializado amanhã.

O governo quer atender aos produtores médios com a ampliação do Proger Rural. O programa passará a atender produtores com propriedades acima de 15 módulos fiscais - até 1,5 mil hectares, a depender da localização geográfica. Na prática, isso ampliará o acesso ao crédito e reduzirá os juros de produtores "de médios para grandes", atendendo "integrados" a indústrias de aves e suínos.

As taxas, atualmente em 6,25% ao ano, podem ser equiparadas aos 5,5% da linha familiar "Pronaf E", até agora mais atrativa por contar com amparo de seguro de renda e produção. A renda bruta máxima para enquadramento dessa "classe média" será ampliada de R$ 250 mil para R$ 500 mil por produtor. E o limite individual de crédito passará de R$ 150 mil a R$ 200 mil. Essa linha também poderá ser vinculada a cooperativas agropecuárias.

As cooperativas também ganharão uma linha de capitalização via ampliação das chamadas "cotas-parte" (espécie de ação) de R$ 2 bilhões a juros de crédito rural. Os financiamentos terão cláusulas de desempenho, compromisso com reestruturação e recomposição de capital.

A criação do FGC da agropecuária, que facilitaria o acesso dos produtores ao crédito rural, não deve ser anunciado com o Plano de Safra. Um estudo do governo indica a necessidade de um volume da ordem de R$ 8 bilhões para amparar as operações desse fundo.

Mas há divergências dentro do governo sobre o desenho do novo fundo. A medida beneficiaria 95 mil produtores rurais adimplentes com dívidas renegociadas que conseguiram, ou não, financiamentos de custeio. O FGC seria abastecido por contribuições dos produtores sobre operações de custeio. O "pedágio" variaria entre 1,75% a 4%. Os produtores inadimplentes ficariam fora dos benefícios do FGC.
]

Outra medida para ajudar a concessão de crédito deve ser a reformulação de uma resolução do Banco Central. Hoje, quem renegocia uma parcela da dívida tem toda sua operação arrastada para níveis de risco de crédito mais elevados, o que prejudica os balanços dos bancos ao exigir provisões maiores e impede o acesso dos produtores a novos créditos.

A carteira de crédito rural total tem, segundo dados do BC, R$ 14,3 bilhões em dívidas nos piores níveis de risco -"D" a "H". A nova resolução desobrigaria os bancos de "arrastar" toda a dívida para níveis de risco maiores. Apenas a parcela vencida da dívida seria reclassificada para baixo.

O governo ainda debate sobre eventual redução dos juros. O Ministério da Agricultura insiste em reduzir em 0,75 ponto percentual, de 6,75% para 6%, mas o Ministério da Fazenda e os bancos são contrários por entender que a redução coloca em risco a elevação do volume de crédito subsidiado ao setor porque desestimularia os bancos a emprestar ao setor.

* Noticia publicada no Jornal Valor Economico desta quarta-feira, 16/06/2009.

http://www.canaldoprodutor.com.br/noticias

Plano de Safra dará ênfase à agricultura sustentável, diz Stephanes – Sítio Eletrônico da CNA – 17/06/2009

O ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, afirmou ontem à noite que o Plano de Agricultura e Pecuária de 2009/2010, conhecido como Plano Safra, direcionará mais recursos do que em anos anteriores para a agricultura sustentável e de médio porte no país, principalmente aquela que recupera áreas já degradadas. "O Plano Safra dará mais ênfase para essas áreas este ano, pois os recursos serão aumentados", resumiu sem revelar cifras. O Plano Safra será lançado oficialmente na segunda-feira, em Londrina, no Paraná, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e pelo próprio ministro. Hoje, há expectativa de que o Conselho Monetário Nacional (CMN) já decida por votos relativos ao plano.

Stephanes já adiantou que o valor total de recursos disponibilizados para crédito este ano será de R$ 108 bilhões - R$ 93 bilhões para a agricultura empresarial e R$ 15 bilhões para a familiar. "De um modo geral, segue a mesma linha do Plano Safra anterior, com destaque para o volume de recursos, que é maior", comparou. No Plano Safra 2008/2009, o governo disponibilizou um total de R$ 78 bilhões, dos quais R$ 65 bilhões são para o setor empresarial.

O ministro conversou com os jornalistas na noite de ontem ao chegar para a festa de confraternização anual promovida pela bancada de deputados federais do Mato Grosso do Sul. O ministro fez uma refeição antes dos deputados, pois teve de sair do evento para participar de um debate sobre o Código Florestal, na TV Câmara.

Plano Safra amplia e melhora condições para acesso ao crédito – Sítio Eletrônico do MDA – 17/06/2009

O Plano Safra 2009/2010 da agricultura familiar terá R$ 15 bilhões disponíveis para o crédito. É o que anunciou o secretário-executivo do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Daniel Maia, na tarde desta quarta-feira (17), em Brasília. O montante representa um crescimento de 525% em relação aos R$ 2,4 bilhões disponibilizados no Plano Safra 2002/2003.

Além disso, os agricultores familiares que acessam os financiamentos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) vão poder contar com mais segurança e tranquilidade na hora de plantar. Isso graças à ampliação do Seguro da Agricultura Familiar (SEAF) para os contratos de investimento, que antes só beneficiava os financiamentos de custeio.

Maia também ressaltou a importância da Lei 11.947 sancionada na última terça-feira (16). De acordo com o artigo 14 da lei, no mínimo 30% dos recursos financeiros repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) devem ser utilizados para compra de produtos dos agricultores familiares e empreendedores familiares rurais. “Essa lei é a possibilidade da agricultura familiar se fortalecer e ampliar o mercado, inclusive no seu próprio município”, diz.

A reunião do Conselho Monetário Nacional (CMN) realizada na manhã desta quarta-feira (17) aprovou novas medidas que entrarão em vigor na próxima safra. Maia explica que outras medidas complementares serão aprovadas no mês de julho.

Mais agricultores beneficiados

1. Classe Média: o limite de renda bruta dos agricultores para acesso a financiamentos também foi elevado. Foi concedido rebate de 30% para quase todas as culturas e de 50% para a aquicultura, cafeicultura, fruticultura, ovinocaprinocultura, sericultura, pesca e produção de cana-de-açúcar. “Com isso, poderão acessar os benefícios do Pronaf 25 mil agricultores”, diz Maia.

2. Agricultores de menor renda: o cálculo da renda bruta e o limite de crédito para o Grupo B do Pronaf, o Microcrédito Rural, também foram elevados. O crédito aumentou de R$ 1,5 mil para R$ 2 mil e a renda bruta passa de R$ 5 mil para R$ 6 mil. Atualmente, cerca de 1,2 milhão de contratos do Pronaf são do Grupo B.

Apoio ao investimento

1. Veículos utilitários: os agricultores familiares poderão financiar veículos utilitários por meio do Pronaf. Poderão ser adquiridos veículos de carga adequados às condições rurais, inclusive caminhões, caminhões frigoríficos, isotérmicos ou graneleiros, carroças, motocicletas, entre outros.

Maia avalia que essa medida vai permitir a capacitação e a qualificação da produção dos agricultores, facilitando o escoamento da produção e resolvendo problemas estruturais para o transporte.

2. Pronaf Mulher: a linha especial Pronaf Mulher também vai mudar. Agora, as mulheres agricultoras poderão acessar até três linhas de crédito, antes limitada a apenas uma. A

participação das mulheres no Pronaf vem crescendo nos últimos anos, de 9% no total de financiamentos (em 2004) para 28% nesta safra (2008/2009).

Mais recursos para custeio

Será elevado o limite máximo dos financiamentos de custeio do Pronaf de R$ 30 mil para R$ 40 mil por agricultor em cada safra, a juros que vão de 1,5% a 5,5% ao ano.

Meio ambiente

Voltada para a preservação do meio ambiente, a linha Pronaf Floresta também sofreu mudanças para apoiar as iniciativas de sistemas agroflorestais. Com isso, esses projetos passam a ter limites de financiamento ampliados de R$ 10 mil para R$ 14 mil. Além disso, o prazo para amortização foi ampliado de até 12 anos para até 20 anos, com carência também estendida de 8 para 12 anos.

Fortalecimento das cooperativas

O limite individual foi elevado de R$ 5 mil para R$ 10 mil na linha especial para cooperativas de produção, o Pronaf Cotas-Partes. Para Pessoa Jurídica o teto foi estendido de R$ 5 milhões para R$ 20 milhões. Já o patrimônio líquido ampliou de R$ 50 milhões para R$ 70 milhões. Juros de 4% ao ano. Essas medidas são exclusivas para as cooperativas que assinarem termo de ajuste de gestão, plano de aplicação, capacitação dos dirigentes e viabilidade econômico-financeira e vão proporcionar condições de liquidez para os empreendimentos com problemas de capital de giro.

Novo plano de safra fortalece "classe média" e cooperativas – Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios – 17/06/2009

Os planos do governo para estimular a nova safra da agricultura empresarial (2009/10) estão centrados no reforço de crédito à "classe média" rural e às cooperativas agropecuárias, aumento do volume de recursos a juros subsidiados pelo Tesouro Nacional, elevação pontual de preços mínimos de garantia, seguro rural mais abrangente com R$ 300 milhões e eventual redução nas taxas de juros do crédito rural a 6% ao ano.

Ainda sob avaliação dos formuladores do novo plano estão também a redução das alíquotas de depósito compulsório do bancos, a criação de um fundo garantidor de crédito (FGC) de R$ 8 bilhões e alterações nas regras de classificação de risco pelo Banco Central. O plano inclui R$ 93 bilhões, mas R$ 12,3 bilhões desse total já foram destinados ao socorro de capital de giro a agroindústrias e usinas de álcool.

Ao menos R$ 50 bilhões serão emprestados a juros subsidiados. Algumas medidas foram aprovadas ontem em reunião extraordinária do Conselho Monetário Nacional (CMN) e devem ser anunciadas na próxima segunda-feira, em Londrina (PR), pelo Ministério da Agricultura. O plano de R$ 15 bilhões para a agricultura familiar será oficializado amanhã.

O governo quer atender aos produtores médios com a ampliação do Proger Rural. O programa passará a atender produtores com propriedades acima de 15 módulos fiscais - até 1,5 mil hectares, a depender da localização geográfica. Na prática, isso ampliará o acesso ao crédito e reduzirá os juros de produtores "de médios para grandes", atendendo "integrados" a indústrias de aves e suínos.

As taxas, atualmente em 6,25% ao ano, podem ser equiparadas aos 5,5% da linha familiar "Pronaf E", até agora mais atrativa por contar com amparo de seguro de renda e produção. A renda bruta máxima para enquadramento dessa "classe média" será ampliada de R$ 250 mil para R$ 500 mil por produtor. E o limite individual de crédito passará de R$ 150 mil a R$ 200 mil. Essa linha também poderá ser vinculada a cooperativas agropecuárias.

As cooperativas também ganharão uma linha de capitalização via ampliação das chamadas "cotas-parte" (espécie de ação) de R$ 2 bilhões a juros de crédito rural. Os financiamentos terão cláusulas de desempenho, compromisso com reestruturação e recomposição de capital.

A criação do FGC da agropecuária, que facilitaria o acesso dos produtores ao crédito rural, não deve ser anunciado com o Plano de Safra. Um estudo do governo indica a necessidade de um volume da ordem de R$ 8 bilhões para amparar as operações desse fundo.

Mas há divergências dentro do governo sobre o desenho do novo fundo. A medida beneficiaria 95 mil produtores rurais adimplentes com dívidas renegociadas que conseguiram, ou não, financiamentos de custeio. O FGC seria abastecido por contribuições dos produtores sobre operações de custeio. O "pedágio" variaria entre 1,75% a 4%. Os produtores inadimplentes ficariam fora dos benefícios do FGC.

Outra medida para ajudar a concessão de crédito deve ser a reformulação de uma resolução do Banco Central. Hoje, quem renegocia uma parcela da dívida tem toda sua operação arrastada para níveis de risco de crédito mais elevados, o que prejudica os balanços dos bancos ao exigir provisões maiores e impede o acesso dos produtores a novos créditos.

A carteira de crédito rural total tem, segundo dados do BC, R$ 14,3 bilhões em dívidas nos piores níveis de risco -"D" a "H". A nova resolução desobrigaria os bancos de "arrastar" toda a dívida para níveis de risco maiores. Apenas a parcela vencida da dívida seria reclassificada para baixo.

O governo ainda debate sobre eventual redução dos juros. O Ministério da Agricultura insiste em reduzir em 0,75 ponto percentual, de 6,75% para 6%, mas o Ministério da Fazenda e os bancos são contrários por entender que a redução coloca em risco a elevação do volume de crédito subsidiado ao setor porque desestimularia os bancos a emprestar ao setor.

Seguro terá aumento de R$ 50 no período 2009/2010 – Sítio eletrônico da Contag - 18/06/2009

O Comitê Gestor do Garantia-Safra estabeleceu aumento do valor do benefício de R$550 para R$600, válido para a safra 2009/2010. A reunião que definiu as novas regras ocorreu hoje no Hotel Aracoara, em Brasília. A Contag é uma das entidades que têm assento no comitê e foi a única a participar da reunião, coordenada pela Secretaria de Agricultura Familiar (SAF), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

O Garantia-Safra é benefício pago para garantir renda mínima para agricultores familiares da região Nordeste e do estado de Minas Gerais, atingidos por calamidades da natureza. O valor do seguro será pago em quatro parcelas e as cotas serão distribuídas de acordo com a demanda apresentada pelos estados e de acordo com percentual de utilização das cotas da safra anterior.

Para a safra 2009/2010 havia possibilidade de redução de beneficiários, mas a proposta não foi acatada. Dessa forma, as cotas de agricultores familiares beneficiários em cada estado são: Alagoas (12.363), Bahia (22.489), Ceará (300 mil), Maranhão (8 mil), Minas Gerais (19 mil), Paraíba (90 mil), Pernambuco (106 mil), Piauí (85 mil), Rio Grande do Norte (25 mil) e Sergipe (22 mil).

A previsão é de que a resolução, onde constarão as novas medidas, seja publicada até a próxima segunda-feira (22).

Fonte: Ciléia Pontes, Agência Contag de Notícias.

Nova proteção para agricultor familiar – Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios – 18/06/2009

O governo instituiu oficialmente ontem o seguro para operações de investimento de produtores familiares, mas a operacionalização desse amparo ainda dependerá de um decreto do presidente Lula. Os produtores contribuirão com 2% sobre as operações de crédito de investimento para um fundo anti-cíclico. Em caso de catástrofe climática, esse dinheiro cobrirá as perdas. Se o prejuízo for superior ao capital do fundo, o Tesouro Nacional bancará a diferença.

O novo Plano de Safra 2009/10 reserva R$ 15 bilhões ao custeio, comercialização e investimento do segmento. Os produtores terão aumento nos limites de crédito de custeio, que passará de R$ 30 mil para R$ 40 mil por beneficiário com juros de 1,5% a 5,5% ao ano.

As cooperativas agropecuárias com até 70% dos associados familiares terão uma nova linha de capital de giro a juros de 4% ao ano. Cada associado poderá emprestar R$ 10 mil via Pronaf Cota-Parte para fortalecer sua cooperativa. Em caso de centrais cooperativas, o limite às singulares passa a R$ 20 milhões. A medida vale para sociedades com patrimônio de até R$ 70 milhões.

"Esses R$ 15 bilhões são 525% a mais do que os recursos destinados ao segmento em 2003, no início do atual governo", destacou o ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel.

O plano do governo para o segmento incluiu também a elevação do limite de renda bruta para enquadramento de médios produtores no Pronaf. Os pequenos incluídos no programa de microcrédito rural passarão a ter R$ 2 mil de limite de financiamento com renda bruta de até R$ 6 mil anuais.

A agricultura familiar também ganhou o direito, por lei, de receber ao menos 30% dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para a aquisição de matéria-prima da merenda escolar. Os produtores familiares ganharam o direito de adquirir veículos utilitários por meio do Pronaf. A linha Pronaf Floresta também sofreu mudanças para apoiar as iniciativas de sistemas agroflorestais.**(MZ)**

Produtor sem seguro afetado pelo clima pode rolar dívidas – Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios – 18/07/2009

O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou ontem, em reunião extraordinária, a rolagem de dívidas de custeio e investimento para produtores empresariais e familiares prejudicados pela estiagem na região Sul e as enchentes no Norte e no Nordeste do país. Apenas contratos sem amparo de seguro rural ou oficial (Proagro) podem ser beneficiados.

Em Santa Catarina, operações de custeio e investimento do Pronaf e crédito fundiário serão prorrogadas até 15 de outubro de 2009. Quem teve problemas com enchentes, terá até 20 de dezembro para contratar linha especial de crédito de reconstrução. Operações de custeio a juros subsidiados, Proger e linhas de investimento do BNDES para a agricultura empresarial serão roladas até 15 de agosto de 2009.

Os membros do CMN também ampliaram de R$ 1,5 mil para R$ 2 mil o limite de financiamento para quem teve prejuízos com seca ou enchente em todo o país. Contratos de custeio pecuário da safra 2007/08 também foram incluídas na rolagem de dívidas. Os governos estaduais terão mais prazo, até 15 de junho, para reconhecer a situação de emergência ou calamidade de seus municípios.

Em outra decisão, o conselho estendeu por tempo indeterminado a validade dos preços mínimos de garantia para a safra de verão e para produtos regionais. Antes, o CMN

tinha que reavaliar todos os preços a cada novo Plano de Safra. Agora, passam a cumprir a exigência apenas aqueles produtos que tiverem preços alterados.

O CMN também isentou os produtores familiares situados no bioma amazônico de apresentar o Certificado de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR), emitido pelo Incra, para obter financiamento do crédito oficial a juros subsidiados. A medida, que vale para a temporada 2009/10, permite a substituição do CCIR pela Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). O Incra tinha dificuldades operacionais para emitir os certificados. Por isso, houve essa prorrogação.**(MZ)**

Ruralistas pedem ao BC crédito mais fácil e um fundo garantidor – Sítio Eletrônico da CNA – 19/06/2009

A área técnica do Banco Central (BC) recebeu há pouco duas propostas da bancada ruralista: diminuição das exigências na concessão de crédito rural e criação de um fundo garantidor para crédito agrícola. A informação foi divulgada pelo deputado Luis Carlos Heinze (PP-RS), que participou de reunião dos ruralistas com o diretor de Liquidações e Controle de Operações de Crédito Rural do BC, Antonio Gustavo do Vale.

Após o encontro, o deputado gaúcho afirmou que o BC recebeu as propostas e encaminhou o tema para a área técnica. Segundo Heinze, é possível que a diminuição das exigências para concessão de crédito rural seja avaliada na próxima reunião do Conselho Monetário Nacional (CMN), no fim do mês.

O deputado, no entanto, não explicou como seria feita a redução das exigências nem sobre quem ficaria responsável por eventual inadimplência nessas operações de crédito. Com menor exigência, agricultores avaliam que seria possível tomar volume maior de financiamento nos bancos.

Sobre a criação de fundo garantidor para o financiamento rural, o deputado disse que a intenção é a de criar uma carteira com valor entre R$ 7 bilhões e R$ 10 bilhões como garantia contra eventual inadimplência do setor, em modelo semelhante ao do programa habitacional do "Minha Casa, Minha Vida", lançado pelo governo para os segmentos de menor renda. Para que o fundo garantidor seja criado, é necessário que o Tesouro Nacional libere os recursos.

* Autor: Fernando Nakagawa. Notícia da Agencia Estado de 19/06/2009.

Plano Agrícola e Pecuário 2009/2010 será detalhado em entrevista coletiva neste domingo – Sítio Eletrônico da CNA – 19/06/2009

O ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Reinhold Stephanes, e o secretário de Política Agrícola, Edílson Guimarães, concedem entrevista coletiva sobre o lançamento do Plano Agrícola e Pecuário (PAP) 2009/2010, neste domingo (21), em Londrina/PR. O plano inclui crédito e as políticas do governo para o plantio, colheita, comercialização e acesso ao seguro rural para a próxima safra.

Sisbi - Na ocasião, o secretário de Defesa Agropecuária, Inácio Kroetz, anuncia a adesão do Paraná ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (Sisbi/Poa) do Ministério da Agricultura. O estado é o primeiro do País a ingressar no sistema. A adesão significa que os alimentos produzidos em território paranaense são inspecionados seguindo as mesmas regras seja por auditores municipais, estaduais ou federais.

Serviço: Coletiva de imprensa - Plano Agrícola e Pecuário 2009/2010 e adesão do Paraná ao Sisbi
Dia: 21.6.2009 (domingo)
Hora: 15 horas
Local: Hotel Bourbon Londrina - Alameda Miguel Blasi, 40, Londrina/PR

Governo quer acelerar 'Mais Alimentos' – Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios – 19/06/2009

O plano do governo para estimular a mecanização das propriedades familiares, batizado "Mais Alimentos", cumpriu em seu primeiro ano 18% da meta de vendas de tratores e 42% do objetivo traçado para a elevação da produção até 2010.

Em balanço apresentado na quinta-feira ao presidente Lula, o ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, disse que o programa federal, em vigor há um ano, ajudou a indústria nacional a vender 11 mil tratores "populares" e adicionou 7,8 milhões de toneladas de mandioca, milho, feijão, café, arroz, trigo e leite. O plano prevê a venda de 60 mil tratores e a produção adicional de 18,6 milhões de toneladas de alimentos.

Em cerimônia no Palácio da Alvorada, o ministro informou ao presidente que 61% de todos os tratores de até 78 cavalos de potência produzidos até maio tiveram os benefícios do "Mais Alimentos". "Ou seja, a cada cinco tratores, três foram vendidos por meio da linha de crédito", afirmou, em nota. Segundo ele, o programa ajudou a manter 2,3 mil empregos na indústria de tratores, o equivalente a 41% da mão-de-obra do segmento.

O programa federal garantiu, em acordo inédito com a indústria, descontos médios de 15% para tratores "populares" e induziu ao uso de peças nacionais nas máquinas fabricadas. A linha oferece até R$ 100 mil por beneficiário a juros anuais de 2%, dez anos de prazo para pagar e três de carência.

A John Deere informou ter elevado em 30% sua participação de mercado em tratores "populares" na comparação com 2008. "Portanto, devemos comemorar a marca de 10 mil tratores vendidos com desconto de até 17,5% financiados pelo programa", afirmou, em nota, o diretor de assuntos corporativos, Alfredo Miguel Neto. Em 2008, foram vendidos 43 mil tratores no país, de acordo com a Anfavea.

O "Mais Alimentos" também ofereceu apoio na elaboração de projetos produtivos via assistência técnica e extensão rural gratuitas. Segundo o balanço, foram realizadas 1,6 mil atividades de oferta de tecnologia a 1,2 milhão de produtores de leite, milho, mandioca, feijão, arroz, trigo, café, frutas, olerícolas, soja, suínos, pequenos animais e aves. Foram envolvidos 23 mil técnicos de 459 instituições credenciadas.

Além do aumento da produção, incentivo à indústria e ao investimento nas propriedades, o programa auxiliou, segundo o ministro Cassel, no melhoramento genético, correção de solo, construção de agroindústrias e aquisição de máquinas e equipamentos.**(MZ)**

Plano prioriza agricultor médio – Célia Froufe – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 20/06/2009

O Plano Agrícola e Pecuário, conhecido como Plano Safra 2009/2010, terá como diferencial em relação às edições anteriores uma fatia maior de recursos para financiamento dos produtores de médio porte e taxa de juros diferenciada, de 6,25% ao ano. O ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, detalha o plano amanhã e faz a divulgação oficial com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, na segunda-feira, em Londrina (PR). O produtor de médio porte é aquele que comprovar renda bruta anual de até R$ 500 mil.

Apesar de a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) solicitar taxas mais baixas de uma forma geral, para os produtores de maior porte os juros agrícolas serão mantidos no mesmo nível do Plano 2008/2009, em 6,75% ao ano. Mesmo assim, o porcentual é inferior à taxa básica de juros, a Selic, atualmente em 9,25%. "Os juros agrícolas não vão baixar", disse o ministro.

A decisão de não alterar o nível do juro teve como base a consideração de que seria melhor, no momento atual de escassez de crédito, obter mais dinheiro a um custo de 6,75% do que contar com menos recursos à disposição. "(Se o juro baixar mais,) os bancos não estarão dispostos a colocar recursos", considerou. O problema para o setor atualmente não é a taxa aplicada aos financiamentos, segundo Stephanes. "O juro a 6,75% ao ano, com uma inflação de 5% ou 6% ao ano, é considerado suportável. O que seria insuportável seria a falta de crédito. Então, optamos por ter mais dinheiro e mantivemos o juro."

O Plano 2009/2010 terá um aumento de 38,5% em volume de recursos na comparação com o ano anterior, passando de R$ 78 bilhões para R$ 108 bilhões. Desse total, R$ 15 bilhões são voltados à agricultura familiar e R$ 93 bilhões à empresarial. No segmento Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), a classe média agrícola também terá vantagens. Uma delas foi o aumento do teto de renda bruta exigida para acesso ao programa, de R$ 110 mil para R$ 156 mil a R$ 220 mil, dependendo do cultivo.

"Com isso, estimamos a incorporação de 25 mil agricultores ao Pronaf", disse o secretário executivo do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Daniel Maia. A decisão de ampliar o número desses agricultores foi porque, segundo Maia, é um segmento que também tem dificuldade para obter crédito.

FUNDO GARANTIDOR

Às vésperas da divulgação do Plano Safra 2009/2010, Stephanes já vislumbra com otimismo o que ocorrerá daqui a um ano. A expectativa do ministro é a de que na safra 2010/2011 os produtores já possam contar com um fundo garantidor tanto na área de perdas com o clima quanto na questão que envolve preços, uma demanda antiga do setor. "Hoje falta um seguro adequado e a situação é insustentável para o produtor e o banco", avaliou, lembrando que os problemas com oscilação brusca de preço e com o clima estão na origem da maior parte do endividamento dos produtores.

Segundo o ministro, as garantias ao produtor atualmente limitam-se a uma fatia de 10% da produção. "Temos que achar fórmulas para garantir a produção toda." Ele explicou que o fundo, cujo valor necessário ainda não foi identificado no estudo em andamento no governo, será formado inicialmente com recursos do Estado. Posteriormente, com a equalização dos anos bons de colheita, os ganhos do setor privado passariam a fomentar o fundo.

Na avaliação de Stephanes, o governo vem apostando na agricultura desde o início da crise internacional como uma válvula de escape dos efeitos sobre a economia brasileira e para acelerar a recuperação do País. O próprio aumento dos recursos para financiamento em R$ 30 bilhões de 2008 para a safra que se inicia em 1º de julho é um aval dado pelo governo, segundo o ministro.

Lula dá aval para a ajuda ao agronegócio – Kennedy Alencar e Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Dinheiro – 21/06/2009

O governo federal prepara a criação de um fundo garantidor para o agronegócio, a exemplo de medida adotada recentemente para estimular o crédito a micro e pequenas empresas.
A ideia é que o Banco do Brasil, que tem tradição na concessão de crédito rural, seja o gestor do fundo. O valor, ainda em estudo, oscila entre R$ 7 bilhões e R$ 10 bilhões. Os ruralistas alegam que a crise internacional e as dívidas agrícolas acumuladas nos últimos anos frearam novos empréstimos bancários. Assim, o fundo entraria como uma espécie de avalista para os produtores endividados.
A proposta surgiu após pleito da CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil) a ministros da área econômica. Presidente da CNA, a senadora oposicionista Kátia Abreu (DEM-TO) apresentou a proposta aos ministros da Fazenda, Guido Mantega, e do Planejamento, Paulo Bernardo, e ao presidente do Banco Central, Henrique Meirelles. A senadora tem boa relação com o comandante do BC.
O governo ficou preocupado com a queda do PIB (Produto Interno Bruto) do agronegócio no primeiro trimestre deste ano. Houve redução de 0,5% em relação ao mesmo período de 2008 -nessa mesma comparação, o PIB geral recuou 1,8%. Desde o início da crise, em outubro de 2008 (quando a quebra do banco americano Lehman Brothers congelou o mercado de crédito no mundo todo), o setor do agronegócio acumula perda de 2,26%.

Eleições
A **Folha** apurou que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva já deu o aval para a criação do fundo. Preocupado em obter uma taxa positiva do PIB nacional neste ano, o presidente tem estimulado medidas que possam aquecer a economia.
Para Lula, é questão de honra evitar PIB zero ou negativo. Ele deseja ter discurso contra a oposição para chegar a 2010 com argumentos que lhe permitam defender o seu governo e a

eventual candidatura da ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, à Presidência. O fundo garantiria empréstimos ao setor de agronegócio. Na visão do governo, não há pressão inflacionária à vista por parte dos alimentos. A medida seria uma forma de incentivar a safra de 2009/2010 e de evitar aumento no preço dos alimentos. Na prática, oferecer uma oportunidade de recursos aos agricultores neste momento é uma forma de colher uma safra volumosa no ano eleitoral, evitando tensões no setor e reduzindo pressão sobre os preços.
"Se a empresa ou o agricultor não tiver limite no banco, o fundo funcionaria como um avalista, um reforço para o banco liberar o dinheiro e garantir a capitalização da agropecuária", disse o deputado federal Luis Carlos Heinze (PP-RS), um dos líderes da bancada ruralista no Congresso.

Novos financiamentos
Nessa relação com os bancos, outra preocupação dos ruralistas é com o grau de risco dos produtores endividados.
Eles querem que, em reunião do CMN (Conselho Monetário Nacional) prevista para ocorrer nesta semana, o nível de classificação desses produtores (com dívidas atrasadas ou renegociadas) não seja um empecilho para a captura de novos financiamentos. Amanhã, na cidade paranaense de Londrina, o ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, e o presidente Lula anunciam o Plano Agrícola Pecuário 2009/2010. O montante em créditos para o período será de R$ 93 bilhões, sendo R$ 12,3 bilhões para capital de giro das agroindústrias.
Com o objetivo de ajudar a agricultura, o governo Lula, a exemplo de administrações anteriores, já renegociou dívidas dos produtores agrícolas.

Crédito é o calcanhar de aquiles do setor – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – 21/06/2009

O grande problema do produtor rural passou a ser o crédito. O problema se arrasta por alguns anos e não faltaram motivos para o agravamento da situação, que deixou um grande saldo de contas a pagar.
Em alguns anos foram o descasamento entre custos elevados na produção e redução de preços na hora da comercialização; em outros, a queda de produtividade devido à seca ou ao excesso de chuva.
Mais recentemente, a crise mundial, que tirou parte dos financiadores do setor. Quem fez investimentos e dependia da continuidade do crédito viu as portas dos fornecedores serem fechadas. Essa crise levou, inclusive, o agronegócio a liderar os pedidos de recuperação judicial neste ano.
Não faltaram, no entanto, produtores que, por má administração ou investimentos exagerados, foram colocados na lista dos inadimplentes.
Tradicionalmente o crédito agrícola vinha, em partes iguais (33%), do sistema oficial, das

tradings e dos próprios produtores. Na safra passada, as tradings pisaram no freio e passaram a financiar menos de 20%.
Essa falta de crédito obrigou o produtor e o Banco do Brasil a aumentarem suas participações. No caso dos produtores, os que não tinham recursos diminuíram o uso de tecnologia no plantio, o que compromete a produtividade.
O aumento das dívidas virou uma bola de neve para os produtores. Sem condições de pagar dívidas atrasadas, tinham financiamentos negados pela própria situação financeira.
O BB, apesar do aumento de participação no financiamento do setor, tem um limite para repassar crédito e deve levar em consideração a ficha cadastral dos produtores. A administração do banco tem de prestar contas aos acionistas.
Em alguns setores, pelo menos 60% do crédito do setor já sai do BB. Um problema específico com esses setores compromete as contas do banco. Um fundo garantidor poderia aliviar a liquidez dos produtores.

O BNDES é amigo da motosserra? – Vinicius Torres Freire – Folha de São Paulo – Dinheiro – 21/06/2009

LUCIANO Coutinho, presidente do BNDES, pode passar por aliado da motosserra e da vacaria que pasta nas ruínas da Amazônia. "Lamentavelmente, o Ministério Público iniciou ação que não tem fundamento", disse. Tratava de procuradores federais do Pará que acusam fazendas, frigoríficos e outras empresas de criar bois e vender carne e derivados em área de desmatamento ilegal, entre outro pepinos. Ação similar será movida por procuradores de Mato Grosso, em breve.
Os procuradores ameaçaram multar e processar os revendedores do que dizem ser subprodutos do desmatamento, acusação partilhada pelo Ibama. Assim, Pão de Açúcar, Wal-Mart e Carrefour, entre outros, interromperam a compra de produtos das empresas acusadas.
Se Coutinho sabe dos erros dos procuradores, deveria torná-los públicos. De outro modo, faz algo pior do que propaganda de parte interessada. Tão interessado na criação de grandes conglomerados multinacionais brazukas, deveria ter noção do perigo. Coutinho parece patrocinar o desmatamento ilegal a fim de que frigoríficos associados ao governo (BNDES) ou por ele subsidiados ganhem fatias do mercado mundial de carne, em que empresas brasileiras já são dominantes. Trata-se de uma combinação letal de acusações, prato feito para protecionistas.
Seria irrelevante se apenas o nome de Coutinho estivesse em jogo. Mas Coutinho põe em risco a imagem do agronegócio exportador e dos programas de fomento de um banco público. Coutinho uniu-se, sem mais, a entidades do agronegócio. Porém, nem empresários nem seu sócio BNDES se ocupam de criar um sistema de auditoria e rastreamento da produção pecuária. Cadê a "autorregulação"? Se os produtos dos rebanhos fossem honestamente certificados não haveria o zunzum que permite aos inimigos do agronegócio

levantarem barreiras, sanitárias ou outras, contra os produtos do país, de má-fé ou não. O BNDES, as associações empresariais e o governo sabem muito bem qual a origem do rolo. A terra ficou cara no Centro-Sul do país, em especial em São Paulo, onde de resto há mais exigências legais. Parte da pecuária brasileira é ineficiente, demora para engordar um boi, depende de criação extensiva e abate de modo clandestino. Onde há mais terra barata e sem lei? Na Amazônia, campo de grilagem, de terra ocupada à matroca, à base de jagunçagem, desmatamento e corrupção, vide a falsificação de títulos de propriedade e de guias para comerciar madeira, boi e o diabo. Faltam, pois, polícia, política, Estado e eficiência.
Os procuradores do Pará têm documentos que indicam irregularidade nas terras das empresas acusadas: embargadas, griladas, multadas por crimes ambientais e trabalho escravo. Advogados das empresas acusadas já negociam "termos de ajustamento de conduta" com o Ministério Público. O governo do Pará se ofereceu para intermediar as negociações. Problemas, pois, há. Mas Coutinho lamenta apenas as investigações, tal como um czar do crédito subsidiado e da "aliança Estado-empresa". Ameaça, assim, mudar o nome do banco que provisoriamente preside: para Banco Nacional de Desenvolvimento e Estabelecimento de Serrarias. Na Amazônia.

Plano de Safra soma R$ 107,5 bi e foca médio produtor – Sítio Eletrônico da CNA – 22/06/2009

O governo federal vai destinar R$ 107,5 bilhões ao setor agrícola, de acordo com o Plano de Safra 2009/10, divulgado ontem pelo ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Reinhold Stephanes, em Londrina (PR). O foco central, segundo o ministro será o incentivo ao médio produtor rural, ao cooperativismo e à produção agropecuária sustentável. O total previsto acrescenta 37% mais recursos ao crédito agrícola em relação ao Plano Agrícola e Pecuário do período anterior. Para a nova safra, a agricultura comercial contará com R$ 92,5 bilhões e familiar terá outros R$ 15 bilhões. O Plano de Safra será oficialmente lançado hoje, em Londrina, com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Os programas de investimento para a safra 2009/10 vão contar com R$ 14 bilhões, uma avanço de 37% em relação ao plano anterior. Entre as novidades, está a criação do Programa de Capitalização de Cooperativas Agropecuárias (Procap-Agro), que contará com R$ 2 bilhões. Além disso, serão ampliados o Programa de Geração de Emprego e Renda (Proger Rural), cuja verba subirá de R$ 2,9 bilhões para R$ 5 bilhões, e o Programa de Incentivo à Produção Sustentável do Agronegócio (Produsa), com alta de R$ 1 bilhão para R$ 1,5 bilhão.

Os recursos para custeio e comercialização a juros controlados serão acrescidos em 20,8%, para R$ 54,2 bilhões. Os preços mínimos fixados para 33 culturas foram reajustados em até 65%, informou o ministério. Entre as culturas cujos valores serão aumentados estão o arroz (+20%), o leite (15%), raiz de mandioca (12%), soja (10%) e milho (6%).

Para a safra 2009/10, o ministério aumentará de 25 para 39 o número de culturas contempladas pelo zoneamento agrícola de risco climático, programa que tem por objetivo reduzir as perdas nas lavouras ocasionadas pelo clima.

Proger Rural - O médio produtor agrícola terá na safra 2009/10 R$ 5 bilhões para financiar a lavoura, uma alta de 72% nos recursos previstos no ciclo anterior. Esses recursos serão ofertados por meio do Proger Rural, programa que foi reformulado pelo ministério para facilitar o acesso ao crédito com condições facilitadas. Além da ampliação do volume financeiro, o programa dobrou o limite de renda do produtor que pode ter acesso aos recursos. Agora, será necessário comprovar uma renda superior a R$ 110 mil e inferior a R$ 500 mil. Os limites de crédito para custeio, investimento e comercialização, subiram de R$ 150 mil para R$ 250 mil.

O cooperativismo, responsável por quase 40% da produção nacional de grãos, foi contemplado no Plano de Safra com R$ 2 bilhões por meio do Procap Agro, programa criado para desenvolver a ampliação do capital de giro e a reestruturação patrimonial das cooperativas de produção agropecuária, agroindustrial, aquícola e pesqueira.

Segundo as regras do programa, os recursos poderão financiar a aquisição ou a integralização das cotas-partes do capital social das cooperativas e também será possível aumentar o capital de giro associado ou não a um projeto de investimento, além do saneamento financeiro da cooperativa. O limite de financiamento será de R$ 25 mil por associado e o limite da cooperativa foi fixado em R$ 50 milhões. A linha de crédito, com prazo de reembolso de até seis anos, tem taxa de juro anula de 6,75%.

Agência Estado

Lula dá aval para a ajuda ao agronegócio – Sítio Eletrônico da CNA – 22/06/2009

O governo federal prepara a criação de um fundo garantidor para o agronegócio, a exemplo de medida adotada recentemente para estimular o crédito a micro e pequenas empresas. A ideia é que o Banco do Brasil, que tem tradição na concessão de crédito rural, seja o gestor do fundo. O valor, ainda em estudo, oscila entre R$ 7 bilhões e R$ 10 bilhões.Os ruralistas alegam que a crise internacional e as dívidas agrícolas acumuladas nos últimos anos frearam novos empréstimos bancários. Assim, o fundo entraria como uma espécie de avalista para os produtores endividados.

A proposta surgiu após pleito da CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil) a ministros da área econômica. Presidente da CNA, a senadora oposicionista Kátia Abreu (DEM-TO) apresentou a proposta aos ministros da Fazenda, Guido Mantega, e do Planejamento, Paulo Bernardo, e ao presidente do Banco Central, Henrique Meirelles. A senadora tem boa relação com o comandante do BC.

O governo ficou preocupado com a queda do PIB (Produto Interno Bruto) do agronegócio no primeiro trimestre deste ano. Houve redução de 0,5% em relação ao mesmo período de 2008 -nessa mesma comparação, o PIB geral recuou 1,8%. Desde o início da crise, em outubro de 2008 (quando a quebra do banco americano Lehman Brothers congelou o mercado de crédito no mundo todo), o setor do agronegócio acumula perda de 2,26%.

Eleições

A Folha apurou que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva já deu o aval para a criação do fundo. Preocupado em obter uma taxa positiva do PIB nacional neste ano, o presidente tem estimulado medidas que possam aquecer a economia. Para Lula, é questão de honra evitar PIB zero ou negativo. Ele deseja ter discurso contra a oposição para chegar a 2010 com argumentos que lhe permitam defender o seu governo e a eventual candidatura da ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, à Presidência.

O fundo garantiria empréstimos ao setor de agronegócio. Na visão do governo, não há pressão inflacionária à vista por parte dos alimentos. A medida seria uma forma de incentivar a safra de 2009/2010 e de evitar aumento no preço dos alimentos. Na prática, oferecer uma oportunidade de recursos aos agricultores neste momento é uma forma de colher uma safra volumosa no ano eleitoral, evitando tensões no setor e reduzindo pressão sobre os preços.

"Se a empresa ou o agricultor não tiver limite no banco, o fundo funcionaria como um avalista, um reforço para o banco liberar o dinheiro e garantir a capitalização da agropecuária", disse o deputado federal Luis Carlos Heinze (PP-RS), um dos líderes da bancada ruralista no Congresso.

Novos financiamentos

Nessa relação com os bancos, outra preocupação dos ruralistas é com o grau de risco dos produtores endividados. Eles querem que, em reunião do CMN (Conselho Monetário Nacional) prevista para ocorrer nesta semana, o nível de classificação desses produtores (com dívidas atrasadas ou renegociadas) não seja um empecilho para a captura de novos financiamentos.

Amanhã (hoje), na cidade paranaense de Londrina, o ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, e o presidente Lula anunciam o Plano Agrícola Pecuário 2009/2010. O montante em créditos para o período será de R$ 93 bilhões, sendo R$ 12,3 bilhões para capital de giro das agroindústrias.
Com o objetivo de ajudar a agricultura, o governo Lula, a exemplo de administrações anteriores, já renegociou dívidas dos produtores agrícolas.

Autores: Kennedy Alencar e Eduardo Scolese - Notícia públicada no jornal Folha de São Paulo - domingo - 21/06/2009

Com volume de recursos abaixo do esperado para o Plano Agrícola e Pecuário, CNA defende mecanismos que garantam acesso ao crédito – Sítio Eletrônico da CNA – 22/06/2009

Apesar de o volume de recursos de R$ 107,5 bilhões do Plano Agrícola e Pecuário (PAP), anunciado hoje (22/6) pelo Governo, ficar abaixo do esperado para a safra 2009/2010, este montante poderá atender à demanda dos produtores rurais se forem adotadas medidas que facilitem o acesso ao crédito rural. A avaliação é da presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), senadora Kátia Abreu. "Já era esperado que o PAP este ano fosse mais conservador. Mas este impacto é menor porque houve redução dos custos de produção e da demanda por recursos. Por isso, o mais importante agora é que haja garantia de acesso ao crédito", enfatiza.

Uma das medidas defendidas pela presidente da CNA para assegurar o financiamento para esta safra é a revisão da Resolução 3.499, do Conselho Monetário Nacional (CMN) que trata da reclassificação de risco das operações de crédito rural. Pela proposta da CNA, apresentada a ministros da equipe econômica do Governo e que deve ser votada no fim do mês, o objetivo é evitar que o produtor com mais de uma operação no mesmo banco tenha todos os contratos reclassificados para níveis de alto risco ao renegociar ou prorrogar uma das operações. Pelas normas vigentes hoje, quanto mais alto este risco, maior a dificuldade para novos empréstimos. Segundo a senadora, a mudanças na norma beneficiará 100 mil produtores.

Outro ponto considerado fundamental por Kátia Abreu para garantir a obtenção de recursos é a criação do Fundo Garantidor do Setor Agropecuário para possibilitar o aumento do limite de financiamento e a contratação de crédito para produtores com risco elevado. A proposta de criação deste fundo partiu de um grupo de trabalho formado por representantes da CNA e do Banco do Brasil. A presidente da CNA prevê um aporte de recursos de R$ 7 bilhões a R$ 10 bilhões para o fundo. "Se já foram criados fundos para outros segmentos da economia, porque não para o agronegócio, que representa um terço do PIB, dos empregos e mantém o superávit da balança comercial brasileira", frisa a presidente da CNA.

Ainda na avaliação da senadora, há medidas no PAP que merecem destaque, como a elevação em 37% dos recursos para investimento (R$ 10 bilhões para R$ 14 bilhões), a criação do Programa de Capitalização das Cooperativas Agropecuárias (Procap-Agro) e a extensão do Proger Rural ao médio produtor rural, com aumento do limite de renda bruta anual, de R$ 250 mil para R$ 500 mil, além da eliminação da exigência de até 15 módulos para contratação desta linha de crédito.

Assessoria de Comunicação CNA
(61) 2109 1411/1419
www.cna.org.br

Nota Técnica CNA - Plano Agrícola e Pecuário 2009/2010 – Sítio Eletrônico da CNA – 22/06/2009

NOTA TÉCNICA Nº 36-CNA
Brasília, 22 de junho de 2009

1. Apresentação

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) divulgou o Plano Agrícola e Pecuário 2009/10 no dia 22 de junho de 2009. Aguardado com expectativa pelo setor, o PAP 2009/10 trouxe medidas já anunciadas pelo Governo, como a linha de crédito para a agroindústria, a linha de crédito para estocagem de álcool, além de medidas de apoio à cafeicultura.

O PAP 2009/10 apresentou poucas inovações, restringindo-se a ajustes dos programas em execução. Isto já era esperado, tendo em vista que o PAP tem evoluído nos últimos anos, em especial quando se trata do acompanhamento e de adequações, durante todo o ano safra. Assim, ao divulgar o PAP 2009/10, o Executivo acrescentou itens como o estabelecimento do volume de recursos, as taxas de juros praticadas no período, os limites de crédito e a correção dos preços mínimos.

O objetivo do PAP para 2009/10 é aumentar o volume de recursos no Sistema Nacional de Crédito Rural, em especial de taxas controladas, de modo a reduzir o custo financeiro das operações de crédito rural, focalizando principalmente o médio produtor rural.

Volume de Recursos

O volume de recursos ficou abaixo do montante solicitado pela proposta da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB). Enquanto as duas instituições solicitaram o montante de R$ 120 bilhões, a divulgação do PAP 2009/10 trouxe recursos de R$ 107,5 bilhões, sendo 92,5 bilhões para a agricultura comercial e R$ 15 bilhões para a agricultura familiar.

Estimativa de Demanda de Recursos do Crédito Rural

Cultura	Solicitação da CNA	Volume de Recursos Disponibilizados no PAP 2008/09	Volume de Recursos divulgados no PAP 2009/10
Custeio e Comercialização	109,8	54,8	66,2

- Juros controlados	-	45,1	54,2
- Juros livres	-	9,7	12,0
Investimento	10,2	10,62	14,0
Linhas de Crédito Especial	-	-	12,3
Total	120,0	65,00	92,5

Os recursos disponibilizados em Linhas de Crédito Especial, de R$ 12,3 bilhões, já haviam sido anunciados em março deste ano, por meio das Resoluções CMN 3708 e 3714, sendo R$ 10 bilhões para capital de giro às agroindústrias e o restante para a estocagem de álcool. Assim, descontando-se esse montante, os recursos anunciados no PAP 2009/10 são de R$ 80,2 bilhões.

Apesar de ser um volume menor que o solicitado, é preciso ponderar que a necessidade de recursos do setor caiu em junho, frente à redução dos custos de produção, em especial dos fertilizantes e dos defensivos. Em abril, a demanda de recursos era de R$ 158 bilhões; em junho, essa projeção caiu para R$ 147,3 bilhões. Significa que o cenário melhorou, mas não se pode dizer que foi resolvido. Os números do PIB do agronegócio continuam preocupantes, considerando a queda acumulada de 0,53% no primeiro trimestre de 2009.

Recursos para Investimento

Disponibilizou-se 37% a mais de recursos para investimento, com a elevação da programação de R$ 10,2 bilhões, na safra 2008/09, para R$ 14 bilhões, em 2009/10. Porém, não foi atendida a proposta da CNA e da OCB de aumentar o prazo de amortização desses programas.

Programas de Investimento: Recursos Programados

Programa	Programação (R$ mil)			Limite de Crédito por Operação (R$ mil)			Prazo Máximo	
	Proposta CNA/OCB	2008/09	PAP 2009/10	Proposta CNA/OCB	2008/09	PAP 2009/10	Proposta da CNA/OCB	Máximo PAP 2009/10
Moderinfra	500	500	500	1.000	1.000	1.000	8	8
Moderagro	850	850	850	300	250	250	10	8
Propflora	150	150	150	200	200	200	15	12
Prolapec	1.000	1.000	1.500	300 ou 400	300 ou 400	300 ou 400	6 a 12	5 a 12
Produsa								
Prodecoop	2.200	1.000	2.000	75.000	50.000	50.000	12	12
Moderfrota	2.500	2.500	2.000	-	-	-		
Moderfrota Proger Rural	500	500	1.000	-	-	-	6 a 10	6 a 8
Procap-Agro	2.000	-	2.000	50.000	-	50.000	6	6
Total BNDES	12.700	6.500	10.000	-	-	-	-	-
Fundos Constitucionais	2.500	3.700	3.500	-	-	-	-	-
Proger Rural Investimento	-	**200**	**500**	**300**	**200**	**200**	-	**6**
Total Todos os Programas	**15.200**	**10.200**	**14.000**	-	-		-	

Mas, há duas inovações importantes no PAP 2009/10: a criação do Procap-Agro (Programa de Capitalização das Cooperativas Agropecuárias), apresentada na proposta da CNA e OCB; e as alterações promovidas no PROGER Rural para adaptar esse programa ao médio produtor rural brasileiro. Além do aporte de R$ 5 bilhões, o Proger Rural poderá ser contratado por produtores com renda anual bruta de até R$ 500 mil, antes limitada a R$ 250 mil. Também foi excluída a exigência de até 15 módulos para contratação dessa linha de crédito, aumentando o universo de produtores que poderão acessar o Proger Rural.

Correção dos Preços Mínimos

Alguns produtos tiveram seus preços mínimos corrigidos pelo PAP 2009/10, variando de 5,68% a 34,37%. Receberam aumentos a mandioca e seus derivados, milho de pipoca, soja, arroz, algodão em caroço, caroço do algodão, leite e o sorgo. A CNA e a OCB propuseram a correção dos preços mínimos entre 10% e 33%.

Cultura	Região	Unidade	R$ Proposta da CNA	R$ Safra 2008/09	R$ PAP 2009/10
Algodão em pluma	Sul, Sudeste, Centro-Oeste, BA/Sul	15 Kg	52,81	44,60	44,60
	Norte e Nordeste				

Algodão em caroço	Sul, Sudeste, Centro-Oeste, BA/Sul	15k	17,06	14,40	15,60
	Norte e Nordeste	50 Kg	28,38	25,80	25,80
Arroz Longo Fino em casca	Sudeste, Nordeste, Centro-Oeste (exceto MT) e PR	60 Kg	34,06	30,96	30,96
	Norte e MT		28,05	25,50	28,23
Arroz Longo em casca	Sul (exceto PR)	50 Kg	19,30	15,74	18,90
	Sudeste, Nordeste, Centro-Oeste (exceto MT) e PR	60 Kg	21,71	18,88	18,90
	Norte e MT		18,54	16,12	21,66
Feijão	Sul, Sudeste, Centro-Oeste, BA/Sul	60 Kg	89,54	80,00	80,00
	Norte, Nordeste, (exceto BA/Sul)				
Milho	Sul, Sudeste, Centro-Oeste (exceto MT)	60 Kg	19,40	16,50	17,46
	MT e RO		15,52	13,20	13,98
	Norte (exceto RO) Nordeste		22,34	19,00	20,10
Soja	MT, RO, AM, PA e AC	60 Kg	24,16	18,30	25,11
	Demais Estados		29,40	22,80	20,09

Café Arábica	Todos os Estados	60 Kg	279,51	211,75	
Café Robusta	Todos os Estados	60 Kg	164,21	124,40	
Leite	Sul e Sudeste	1 l	0,57	0,47	0,54
	MS, GO e DF		0,60	0,47	0,52
	Norte e MT		0,60	0,45	0,47
	Nordeste		0,52	0,41	0,54

Seguro Rural

As sugestões apresentadas pela CNA e OCB não foram acatadas. Porém, vale ressaltar a importância de uma articulação para a aprovação de emenda ao orçamento da União na ordem de R$ 96 milhões para atendimento da demanda de subvenção ao seguro rural, avaliada em R$ 273 milhões, em 2009. Os recursos atualmente disponíveis garantem a contratação do seguro com subvenção somente até o mês de setembro.

Medidas Complementares

Risco das Operações Agropecuárias

Foi sugerida pela CNA e OCB a revisão da Resolução CMN 3499, que trata da reclassificação de risco das operações de crédito rural, beneficiando cerca de 100 mil produtores. Tal proposta está em avaliação e deverá ser votada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) no dia 30 de junho.

Também permanece em pauta a criação do Fundo Garantidor do Setor Agropecuário, já previamente anunciado pelo Presidente da República, na edição de 21 de junho do jornal Folha de S. Paulo. O fundo prevê o aporte de recursos de R$ 7 bilhões a R$ 10 bilhões, com o objetivo de possibilitar o aumento do limite e/ou a contratação de recursos para produtores com risco agravado.

A proposta de criação deste fundo partiu de um grupo de trabalho formado por representantes da CNA e do Banco do Brasil.

Comentários

A divulgação de um PAP conservador já era esperada pelo setor agropecuário. Mas o PAP traz medidas positivas, como o crédito mais barato para o médio produtor rural, o mais prejudicado pela escassez de crédito.

O volume de recursos divulgado ficou abaixo do esperado, porém seu eventual impacto negativo foi amenizado pela redução dos custos de produção e a conseqüente redução da demanda de recursos.

Sob esse aspecto, o volume ganha menos importância que a garantia do acesso ao crédito, que pode ser prejudicada caso não seja criado um fundo garantidor e adotadas medidas como a revisão da Resolução CMN 3.499.

Apesar da necessidade de recursos mais baratos para o setor rural, conforme pleito da CNA e da OCB, a taxa de juros a ser praticada no período 2009/10 não foi mencionada, mantendo-se os patamares da safra 2008/09.

Plano de safra eleva em 37% o crédito – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 22/06/2009

O governo federal elevou fortemente os recursos que estarão disponíveis para o setor agropecuário, principalmente a agricultura empresarial, no próximo ano safra, para estimular o crescimento da produção.

No total, estarão disponíveis 107,5 bilhões de reais para o setor em 2009/10 (julho-junho), volume 37 por cento maior que o do ano passado.

O crescimento das linhas de crédito foi maior para a chamada agricultura comercial de grande escala, que terá 92,5 bilhões de reais, ante 65 bilhões em 2008/09, alta de 42,3 por cento.

O crédito para a chamada agricultura familiar, em comparação, subiu 15,3 por cento, para 15 bilhões de reais.

"A edição (do plano) para a safra 2009/2010 tem como foco central o incentivo ao médio produtor rural, ao cooperativismo e à produção agropecuária com respeito ao meio ambiente", informou o Ministério da Agricultura nas notas sobre o PAP 2009/10 (Plano Agrícola e Pecuário).

O volume total de recursos ficou um pouco acima do que esperava o mercado. Analistas e o próprio ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, haviam falado em volume de aproximadamente 100 bilhões de reais.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o ministro da Agricultura vão lançar oficialmente o programa na segunda-feira, em Londrina (norte do Paraná).

Agricultores brasileiros tiveram um cenário complicado em relação a crédito na safra passada, o que levou a uma redução no investimento no campo e a uma safra menor do que o potencial.

Houve menor gasto com insumos como fertilizantes, o que resultou em queda na produtividade.

A pouca disponibilidade de dinheiro no campo foi resultado do aperto no crédito global, que levou tradings e fabricantes de insumos a reduzirem os financiamentos ao setor, e também a questões de inadimplência de muitos produtores, o que impede que eles acessem linhas oficiais de crédito.

A estagnação da produção tem preocupado o governo.

Além do PAP de 107,5 bilhões de reais, circulam comentários de que o governo possa formar um fundo garantidor para o setor rural de até 10 bilhões de reais, que avalizaria as operações financeiras com os bancos, facilitando o processo de obtenção de financiamentos.

FOCO NO MÉDIO PRODUTOR E PREOCUPAÇÃO AMBIENTAL

Apesar do foco no agricultor médio, o governo também tentou contemplar no novo plano as preocupações sobre a questão ambiental, que ameaça prejudicar os mercados para alguns produtos agropecuários brasileiros.

Em linhas como o Proger, foi dobrado o limite de renda de produtores que podem participar. Agora, agricultores que tenham renda de até 500 mil reais anualmente podem acessar esse tipo de crédito.

"O novo Proger Rural foi desenhado com a intenção de dar ao médio produtor condições para crescer mais e reforçar a sua contribuição no desenvolvimento da economia do país", disse o secretário de Política Agrícola, Edílson Guimarães.

Do total de recursos do plano, 54,2 bilhões serão com juros controlados de 6,75 por cento ao ano. Essa parcela de crédito a juros subsidiados pelo governo cresceu 20,8 por cento ante o ano passado e poderá ser acessada por um maior número de produtores, já que os limites para participação foram afrouxados.

Na área de conservação, o governo elevou em 50 por cento o crédito para recuperação de áreas degradadas, para 1,5 bilhão de reais.

No lançamento do plano, na segunda-feira, Lula deverá homenagear o produtor Herbert Arnold Bartz, considerado o pioneiro da técnica de plantio direto no Brasil (sistema em que o cultivo da próxima safra é realizado sobre a palha da safra anterior, sem queimada ou revolvimento da terra, o que reduz o dano pela atividade agrícola nos solos).

Safra terá R$ 107,5 bi de imediato – Sitio Eletrônico da CNA – 23/06/2009

O ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, disse que os R$ 107,5 bilhões de recursos para a safra 2009/2010 estarão disponíveis quase que imediatamente para os agricultores compararem os insumos para o plantio. A afirmação foi feita ontem na apresentação do Plano Agrícola e Pecuário no Parque de Exposições Ney Braga, em Londrina, no Paraná.

Segundo o ministro, em épocas de crise, os bancos ficam avessos ao risco."E a agricultura é uma atividade de risco. Em épocas de crise há uma certa dificuldade." Mas Stephanes frisou que o governo será vigilante com o desembolso dos recursos. Ele citou como exemplo o caso de Antonio Francisco Lima Neto, ex-presidente do Banco do Brasil, que foi demitido pelo fato de não ter cumprido a determinação do governo de reduzir as taxas de juros.

Stephanes disse também que, em relação ao Fundo Garantidor de Crédito, que funcionaria como uma espécie de avalista para os produtores endividados, o assunto está em debate. "Ainda não há uma decisão final. Isso deverá ocorrer ao longo deste ano."

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que anunciou o plano de safra com Stephanes e os ministros Paulo Bernardo (Planejamento) e Dilma Rousseff (Casa Civil), enfatizou o potencial da agricultura especialmente neste momento de crise econômica. Lula comparou os Estados Unidos e a Europa a dois ursos hibernando: "Quando eles acordarem, vão querer comprar coisas. Por isso, o Estado tem de se preocupar com a agricultor".

Lula ressaltou que esse aporte de recursos para a agricultura é o maior já realizado e que foi 37% acima do disponibilizado na última safra. Lembrou também que o programa "Mais Alimentos", que estimula a mecanização de propriedades familiares, já propiciou a venda de 11 mil tratores em 10 meses, 75% da produção de tratores do País.

O presidente apontou outro dado que reforça a tese de que a agricultura é o caminho para a retomada da economia. Dos 131 mil empregos criados em maio, segundo o Cadastro Geral de Emprego e Desemprego (Caged), 53 mil postos de trabalho foram abertos na agricultura, 49 mil no setor de serviços, 17 mil na construção civil e 14 mil no comércio.

REPERCUSSÃO

O plano de safra , anunciado ontem, vem ao encontro da maior parte das solicitações da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), presidida pela senadora Kátia Abreu (DEM-TO). "Minha preocupação é com a burocracia para se colocar o plano em prática."

A senadora está tão reticente com os trâmites existentes entre o anúncio do plano e a chegada dos recursos no interior dos Estados, nas mãos dos agricultores e pecuaristas, que ela afirmou que só fará um balanço do plano daqui a um mês.

"Estou com boas perspectivas e não quero fazer alarde, chororô, nem crítica antecipada, mas será que vai tirar de verdade o produtor do buraco", questionou a presidente da CNA, sobre o fluxo de tomada de dinheiro pelo agricultor.

Para o secretário de Agricultura do Estado de São Paulo, João Sampaio, "o governo federal anunciou mais do mesmo". "Faltou ousadia na definição do plano e muitos pontos deixaram de ser anunciados, ou foram requentados", avaliou o secretário Sampaio.

* Noticia publicada no jornal Estado de São Paulo desta terça-feira, 23/06/2009.
* Autores: Márcia De Chiara, Sandra Hahn, Célia Froufe e Gustavo Porto.

Safra terá R$ 107,5 bi de imediato – Márcia de Chiara e Sandra Hahn - Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 23/06/2009

O ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, disse que os R$ 107,5 bilhões de recursos para a safra 2009/2010 estarão disponíveis quase que imediatamente para os agricultores compararem os insumos para o plantio. A afirmação foi feita ontem na apresentação do Plano Agrícola e Pecuário no Parque de Exposições Ney Braga, em Londrina, no Paraná.

Segundo o ministro, em épocas de crise, os bancos ficam avessos ao risco."E a agricultura é uma atividade de risco. Em épocas de crise há uma certa dificuldade." Mas Stephanes frisou que o governo será vigilante com o desembolso dos recursos. Ele citou como exemplo o caso de Antonio Francisco Lima Neto, ex-presidente do Banco do Brasil, que foi demitido pelo fato de não ter cumprido a determinação do governo de reduzir as taxas de juros.

Stephanes disse também que, em relação ao Fundo Garantidor de Crédito, que funcionaria como uma espécie de avalista para os produtores endividados, o assunto está em debate. "Ainda não há uma decisão final. Isso deverá ocorrer ao longo deste ano."

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que anunciou o plano de safra com Stephanes e os **ministros Paulo Bernardo (Planejamento)** e Dilma Rousseff (Casa Civil), enfatizou o potencial da agricultura especialmente neste momento de crise econômica. Lula comparou os Estados Unidos e a Europa a dois ursos hibernando: "Quando eles acordarem, vão querer comprar coisas. Por isso, o Estado tem de se preocupar com a agricultor".

Lula ressaltou que esse aporte de recursos para a agricultura é o maior já realizado e que foi 37% acima do disponibilizado na última safra. Lembrou também que o programa "Mais Alimentos", que estimula a mecanização de propriedades familiares, já propiciou a venda de 11 mil tratores em 10 meses, 75% da produção de tratores do País.

O presidente apontou outro dado que reforça a tese de que a agricultura é o caminho para a retomada da economia. Dos 131 mil empregos criados em maio, segundo o Cadastro Geral de Emprego e Desemprego (Caged), 53 mil postos de trabalho foram abertos na agricultura, 49 mil no setor de serviços, 17 mil na construção civil e 14 mil no comércio.

REPERCUSSÃO

O plano de safra , anunciado ontem, vem ao encontro da maior parte das solicitações da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), presidida pela senadora Kátia Abreu (DEM-TO). "Minha preocupação é com a burocracia para se colocar o plano em prática."

A senadora está tão reticente com os trâmites existentes entre o anúncio do plano e a chegada dos recursos no interior dos Estados, nas mãos dos agricultores e pecuaristas, que ela afirmou que só fará um balanço do plano daqui a um mês.

"Estou com boas perspectivas e não quero fazer alarde, chororô, nem crítica antecipada, mas será que vai tirar de verdade o produtor do buraco", questionou a presidente da CNA, sobre o fluxo de tomada de dinheiro pelo agricultor.

Para o secretário de Agricultura do Estado de São Paulo, João Sampaio, "o governo federal anunciou mais do mesmo". "Faltou ousadia na definição do plano e muitos pontos deixaram de ser anunciados, ou foram requentados", avaliou o secretário Sampaio

Governo amplia crédito agrícola em 37% - José Maschio – Folha de São Paulo – Dinheiro – 23/06/2009

No lançamento do Plano Agrícola e Pecuário 2009/10, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez ontem em Londrina (PR) um apelo para que os agricultores continuem plantando, de olho na recuperação econômica mundial. Ele comparou os grandes países a um urso em hibernação na crise, que vai estar faminto após esse período. ""Plantem, plantem, plantem", afirmou Lula.
Na solenidade foram anunciados R$ 107,5 bilhões para o plano, um total 37% maior que o destinado para a safra 2008/ 9. R$ 92,5 bilhões foram destinados à agricultura comercial e R$ 15 bilhões para a familiar.
Lula também apelou aos agricultores para que acompanhem a liberação de recursos, pois, segundo ele, não adianta aprovar verbas se elas não chegam aos produtores. Neste plano de safra, a novidade foi a liberação de R$ 2 bilhões para o Programa de Capitalização de Cooperativas Agropecuárias, em uma rubrica de R$ 14 bilhões para investimentos. Ainda com relação a investimentos, o governo federal anunciou outro R$ 1,5 bilhão para ampliar o Programa de Incentivo à Produção Sustentável do Agronegócio. Outros R$ 5 bilhões serão destinados ao fortalecimento do Proger (Programa de Geração de Emprego e Renda). Os preços mínimos fixados para 33 culturas tiveram reajustes de até 65%.
O Proger foi destacado, no lançamento do Plano Agrícola e Pecuário, para atender médios produtores com juros anuais menores (6,25%) do que os grandes (6,75% ao ano). Segundo o ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, o novo Proger foi ""desenhado" para dar ao

médio produtor condições de crescer.
Ele se destina a produtores com renda anual de até R$ 500 mil, que terão recursos para custeio, investimento, comercialização e aquisição de máquinas de até R$ 250 mil. Antes o limite era de R$ 150 mil.
O presidente da Sociedade Rural do Paraná, Alexandre Lopes Kireef, anfitrião de Lula em Londrina, pediu, em discurso, modificações na legislação ambiental. Lula enfatizou a necessidade de equilíbrio nesse debate. ""Não dá para pegar um Estado que desmatou nos anos 30, 40 e dizer: "assim não dá, vamos replantar tudo"."
Lula criticou ainda ""aqueles que fazem a separação" entre agricultura familiar e agronegócio. Segundo o presidente, o país ""depende dos dois".
O presidente afirmou que a função do governo federal é preparar o país para produzir e andar. ""Não adianta produzir e ficar na mão de três ou quatro tradings, que na hora do "pega para capar" correm e nos deixam na mão."
Para ressaltar a importância que é dada ao agronegócio durante os dois mandatos de Lula, a ministra Dilma Rousseff (Casa Civil) disse que no plano de safra 2002/3 o governo federal liberou R$ 24,7 bilhões.
Dilma afirmou que as obras de infraestrutura e logística do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) têm como objetivo eliminar gargalos na agropecuária brasileira, especialmente para o escoamento da produção.

Liderança teme que dinheiro não chegue ao campo – Gitânio Fortes – Folha de São Paulo – Dinheiro – 23/06/2009

Lideranças do setor rural apoiaram o Plano Agrícola e Pecuário 2009/10, mas temem que boa parcela do volume recorde de recursos para financiamento da nova safra fique longe do campo, a exemplo do que ocorre no atual ano agrícola, quando 20% a 25% do dinheiro disponível deixou de ser usado.
Márcio Lopes de Freitas, presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras, afirmou que o plano tem avanços "não apenas no volume de recursos, mas em mecanismos para alocá-los".
O presidente da Sociedade Rural Brasileira, Cesário Ramalho, saudou o aval do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à ideia de um fundo garantidor do agronegócio -a exemplo do que existe para pequenas empresas e no âmbito do programa Minha Casa, Minha Vida, notícia que a **Folha** antecipou anteontem.
É preciso definir de onde vêm os recursos e o total disponível, afirmou Ramalho. A CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil) espera valor na faixa de R$ 7 bilhões a R$ 10 bilhões.
"Se já foram criados fundos para outros segmentos da economia, por que não para o agronegócio, que representa um terço do PIB?", disse, por meio de nota, a presidente da CNA, senadora Kátia Abreu (DEM-TO).
O deputado Moacir Micheletto (PMDB-PR), coordenador político da Frente Parlamentar da Agropecuária, lembrou que o setor tem alto estoque de dívidas, estimado em R$ 120 bilhões.

Para que esse número não dispare, afirmou que o setor pode se beneficiar do aprimoramento do seguro rural e da redução da dependência de fertilizantes importados. Sobre o seguro rural, Micheletto espera que no próximo mês o relatório do Fundo de Catástrofe seja votado no Congresso e, em agosto, siga para sanção da Presidência da República.
O congressista disse torcer para que a política para incentivar a produção nacional de fertilizantes saia do papel.
Segundo Fábio Meirelles, presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo, essa é uma medida fundamental para diminuir pressões sobre o custo de produção.

O plano para o campo – Sítio Eletrônico da CNA – 24/06/2009

O governo federal apresentou um plano de financiamento de R$ 107,5 bilhões para o setor rural na temporada 2009-2010. Pelo menos quanto ao valor os produtores não têm motivo de queixa. A Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), presidida pela senadora Kátia Abreu (DEM-TO), havia pedido R$ 120 bilhões. Mas a previsão de custos foi revista, os insumos deverão custar menos do que se esperava e a soma anunciada oficialmente deve atender às necessidades, segundo a senadora. Além disso, os preços internacionais estão melhorando e as empresas de exportação deverão financiar mais do que no ano anterior, acrescentou.

No papel, a maior parte do plano parece bastante satisfatória. O produtor já pode conhecer não só as linhas e condições de financiamento de custeio, comercialização e investimento, mas também os preços mínimos previstos para 33 produtos de grande importância nacional ou regional, como arroz, milho, soja, leite, algodão, mandioca, sisal e cera de carnaúba. O agricultor terá tempo suficiente, portanto, para tomar suas decisões. No caso das lavouras de grãos, fibras e oleaginosas, o plantio só deverá começar no terceiro trimestre. Além do mais, até lá o mercado já refletirá com maior precisão os dados da safra de verão dos Estados Unidos.

Entre o papel e a execução do plano de financiamento, no entanto, há um caminho burocrático nem sempre desimpedido. Falta verificar se o dinheiro começará a fluir tão rapidamente quanto o governo prometeu, como advertiu a senadora Kátia Abreu. A preocupação é justificada. Os produtores brasileiros têm uma longa experiência de bons planos de financiamento prejudicados pela demora na execução das medidas pelo sistema bancário, incluído o Banco do Brasil.

O total do financiamento será 37% maior que o fixado para a safra 2008-2009. A maior parte, R$ 92,5 bilhões, deverá destinar-se, como de costume, à agricultura comercial. A agricultura familiar deverá receber R$ 15 bilhões.

Na apresentação do plano, os técnicos do Ministério da Agricultura apontaram como prioritárias três linhas de ação: apoio ao médio produtor, ao cooperativismo e à agricultura sustentável. O limite de renda para enquadramento na categoria de médio produtor foi elevado de R$ 250 mil para R$ 500 mil anuais. Esse grupo terá acesso aos empréstimos do Programa de Geração de Emprego e Renda. O total previsto para esse tipo de financiamento, R$ 5 bilhões, é 72% maior que o do ano anterior.

Outros R$ 5 bilhões estão programados para o apoio ao cooperativismo (72% mais que em 2008-2009). O objetivo é "promover a recuperação ou a reestruturação da estrutura patrimonial das cooperativas de produção agropecuária, agroindustrial, aquícola e pesqueira". Trata-se, portanto, não apenas de apoio a entidades em condições normais de operação, mas de socorro a organizações em dificuldades (por isso aparecem as palavras "recuperação" e "reestruturação"). A iniciativa pode ser correta, mas conviria - no caso de o governo ainda não haver tomado essa providência - vincular o auxílio a programas de ajuste administrativo e a metas de desempenho. Os cooperados, não os dirigentes das cooperativas, devem ser os beneficiários finais da ajuda.

Para o Programa de Incentivo à Produção Sustentável do Agronegócio o governo reservou R$ 1,5 bilhão. O programa inclui a recuperação de áreas degradadas, a adoção de medidas voltadas para "o melhor uso do solo", o incentivo ao produtor "para se ajustar à legislação ambiental vigente" e o "apoio à implementação de sistemas orgânicos de produção agropecuária e de integração pecuária-silvicultura".

A concepção desse programa é pouco clara. Não tem sentido, por exemplo, atribuir a um programa dessa natureza a função de incentivar o respeito à legislação vigente. Em todo o financiamento ao produtor deve estar pelo menos implícita a condição de cumprimento das leis ambientais, trabalhistas e criminais. Ao descumprimento da lei o poder público deve responder com a repressão. Agir de outra forma é estimular a ilegalidade.

Programas de conservação e de recuperação do solo podem ser importantíssimos e é preciso atribuir-lhes uma alta prioridade na política agrícola. O programa não parece atender a esse requisito.

Autor: O Estado de S.Paulo - Editorial - publicado em 24/6

Programa de combate a pobreza prevê empréstimos para o campo – Sítio Eletrônico da Contag - 24/06/2009

O governo federal vai retomar as contratações para o combate à pobreza rural por meio do Programa Nacional de Crédito Fundiário. A ação é voltada para as populações rurais mais carentes. As famílias que têm renda anual de até R$9 mil e patrimônio de até R$15 mil podem participar desse programa.

Os beneficiados vão receber empréstimo para a compra de terra e apoio do governo federal para a construção de benfeitorias comunitárias. Segundo o diretor do Programa Nacional de Crédito Fundiário, Marlon Duarte Barbosa, cada família pode receber valor entre R$12 mil e R$40 mil. Além de adicionais para grupos específicos. "Melhoramos os adicionais – agora para passivos ambientais – do adicional para a convivência com a seca. Incentivando a entrada de jovens no programa, com adicional de R$1 mil reais para jovens, e adicional de R$1 mil reais também para mulheres e para os negros, pelo Programa Terra Negra", detalhou Marlon.

Para participar do programa, é preciso ser agricultor familiar com, no mínimo, cinco anos de experiência. A declaração pode ser obtida nos Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Turais. Os interessados podem procurar os sindicatos ou uma unidade técnica do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Os endereços estão disponíveis no site do MDA: www.mda.org.br.

Fonte: Agência Contag de Notícias

Oficinas capacitam dirigentes para acessar programa de crédito fundiário – Sítio eletrônico da Contag - 24/06/2009

Até 2010, serão realizadas 1,2 mil oficinas de capacitação sobre o Programa Nacional de Crédito Fundiário

Dirigentes do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais MSTTRs) já começaram a receber dados sobre o Programa Nacional de Crédito Fundiário. A primeira etapa do processo de capacitação começou nas cinco regiões do País. A oficina inaugural aconteceu no município de Carpina/PE, e contou com a participação de dirigentes sindicais e técnicos das federações dos estados da região Nordeste. Além de informar sobre as novas diretrizes e normas do programa, os participantes também debateram sobre a reforma agrária no País.

O secretário de Política Agrária da Contag, William Clementino, explica que as oficinas também são oportunidades para avaliar o processo de atuação do movimento sindical no processo de mobilização e controle sociais do Programa de Crédito Fundiário. Segundo ele, vários problemas são detectados por falta de informação sobre o funcionamento do programa: "Temos o problema de que há estados onde a direção e as unidades técnicas estaduais, em muitos momentos, dificultam o controle social das federações dos trabalhadores frente ao programa".

O secretário de Reordenamento Agrário do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Adhemar de Almeida, afirma que as oficinas de capacitação são oportunidade de o governo dialogar com o Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais. Ele explicou que a ideia é facilitar o acesso ao programa e a qualificação dos projetos. "Nosso objetivo, com isso, é conquistar mais agilidade na tramitação das propostas e mais qualidade nos projetos produtivos que vão ser contratados por intermédio do programa", ressaltou Adhemar.

As próximas oficinas vão reunir os três estados do Sul em Florianópolis, nos dias 1° e 2 de julho. Em seguida, dirigentes sindicais das regiões Norte e Centro-Oeste vão se encontrar em Campo Grande, nos dias 13 e 14 de julho. A última oficina vai reunir os estados da região Sudeste em Vitória, nos dias 16 e 17 de julho. Quando terminar essa bateria de reuniões, vai começar o processo de capacitação nos 27 estados do País.

Fonte: Agência Contag de Notícias

Uma nova política rural – Sítio Eletrônico da CNA – 26/06/2009

Há mais de duas décadas o problema do desmatamento está no centro do debate ambiental. A questão, entretanto, permanece sem solução capaz de revertê-la e vai dilapidando o patrimônio natural do país.

Em Minas, segundo a Fundação SOS Mata Atlântica, foram desmatados em torno de 32 mil hectares deste bioma de 2005 a 2008. Do ponto de vista absoluto, o estado ficou no topo da lista dos que mais desmataram, por ser também a unidade com a maior área desse bioma. A despeito da sua histórica ocupação territorial, Minas tem, embora fragmentados, 2,6 milhões de hectares da antiga Mata Atlântica. Do ponto de vista relativo, tal área é bem menor que os 135 mil hectares suprimidos entre 1995 e 2000, evidenciando a tendência observável de queda.

Ora, a Mata Atlântica foi submetida, por força de lei federal, a um regime especial de proteção, mas a medida não foi suficiente. Que razões informam tal resultado?

A ausência, teimosa, da discussão de políticas de uso da terra no país. Não adianta discutir restrições da legislação ambiental, sem debater igualmente os instrumentos econômicos que estimulam o uso da terra.

O crédito rural, por exemplo, como o mais importante instrumento de incentivo econômico da política agrícola, permanece, com poucas alterações, com a mesma concepção dos anos 70! Ainda hoje, estimulam-se os cultivos e criações, sem pensar a propriedade rural como uma unidade de produção sustentável.

Nesse modelo excludente de formulação de políticas públicas, na esfera federal o desmatamento continuará, ainda que declinante, como ocorre em Minas. Aqui, o governo do estado dobrou o contingente do policiamento ambiental, passando de 965 policiais para 1600, realizou concurso público e nomeou mais de 500 técnicos de nível superior, adquiriu veículos e helicópteros para dar mobilidade à fiscalização, e o problema continua a ser

grave. Além disso, Minas é o primeiro estado fora da Amazônia a realizar, em escala adequada, o Zoneamento Ecológico-Econômico de todo o seu território.

Com a política ambiental agindo quase que exclusivamente nas medidas de comando e controle, e com a política econômica do governo federal para o setor agropecuário abstendo-se de incorporar a variável ambiental, podemos entender, ainda que lamentando, por que o desmatamento continua e por que ambientalistas e ruralistas estão dando cabeçadas em relação ao Código Florestal.

É preciso conceber uma nova política de desenvolvimento rural sustentável, na qual os recursos naturais sejam considerados, simultaneamente, como ativos ambientais imprescindíveis à manutenção dos ecossistemas e como fatores de produção da economia agropecuária. Sem isto, estaremos degradando o meio ambiente e destruindo as bases da prosperidade futura do próprio setor agrícola.

Autor: José Carlos de Carvalho – artigo publicado em 26/06 no jornal O Globo

Ainda restam R$ 13 bi em crédito de 2008/09 – Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios – 26/06/2009

Os esforços do governo federal para evitar a escassez de crédito rural durante a fase mais aguda da crise financeira global não foram suficientes para evitar a sobra de recursos na atual safra, que termina oficialmente na próxima semana. Os bancos operadores do crédito rural informaram ao governo haver uma subaplicação de R$ 13,12 bilhões dos R$ 78 bilhões reservados ao financiamento do setor rural até maio passado - o equivalente a 17% do orçamento.

Mesmo ainda faltando um mês de desembolsos, os bancos estimam uma "sobra" de até R$ 8 bilhões na atual safra - ou 10% do total destinado ao setor pelo governo. Na temporada anterior (2007/08), a "sobra" somava apenas 3,5% até maio. "Não conseguiremos aplicar esse orçamento por causa da queda brutal dos depósitos à vista", afirma o diretor da Federação Brasileira dos Bancos (Febraban), Ademiro Vian.

Esses depósitos são a base das chamadas exigibilidades, a parcela de 30% que os bancos são hoje obrigados a aplicar no setor rural. Mas os produtores apontam a dificuldade de acesso ao crédito como o principal motivo para a sobra de recursos. "O dinheiro está no banco, mas pouca gente conseguiu emprestar", diz a presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária (CNA), senadora Kátia Abreu (DEM-TO)

Nesta semana, o governo anunciou um plano de R$ 107,5 bilhões para financiar a safra 2009/10. Mas o setor privado alerta que os problemas de subaplicação dos recursos deve persistir e reclama a resolução de problemas que impedem o acesso dos produtores ao

crédito rural. Os produtores pedem a criação de um fundo garantidor de crédito para o agronegócio e a alteração de uma resolução do Banco Central para desobrigar a reclassificação automática das dívidas renegociadas para níveis de risco mais elevados.

"Teremos uma nova frustração nos planos do governo se não tivermos uma solução para esses problemas", avisa Kátia Abreu.

A análise dos dados informados pelos bancos ao governo mostra haver uma sobra maior nos empréstimos da agricultura familiar, mas também aponta uma retração nos financiamentos da agricultura empresarial.

Até o mês de maio, os bancos desembolsaram R$ 8,48 bilhões aos produtores familiares, ou 65% do orçamento de R$ 13 bilhões - na próxima safra, o segmento terá R$ 15 bilhões. No mesmo período do atual ano-safra, a agricultura empresarial recebeu um aporte de R$ 56,4 bilhões, ou 87% do total de R$ 65 bilhões reservado pelo governo.

Esse volume ficou 5,7% abaixo do mesmo período da safra anterior (2007/08). No próximo ciclo (2009/10), o governo promete aplicar R$ 92,5 bilhões no segmento empresarial, R$ 12,3 bilhões dos quais exclusivos para socorrer agroindústrias e usinas de álcool prejudicadas pelos efeitos da crise internacional.

Os dados dos bancos mostram, de fato, uma forte retração nos desembolsos para custeio e comercialização da atual safra. O recuo de 10% foi puxado pela diminuição de R$ 4,7 bilhões nas aplicações das exigibilidades rurais, não compensadas pelo crescimento de R$ 4,2 bilhões nos desembolsos a partir de 70% dos depósitos de poupança.

Os empréstimos a juros livres também tiveram um forte tombo superior a 34% no período, revelam os dados. Sobretudo nas operações agroindustriais coordenadas pelo banco do Brasil. Os programas de investimentos sob gestão do BNDES registraram um acréscimo de 9,4% no período, mas não foram suficientes para encobrir o recuo de 5% nas aplicações para aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas (Moderfrota).

Máquinas agrícolas: dívida do setor limita acesso ao pacote – Sítio Eletrônico da CNA – 29/06/2009

Após anos de críticas à escassez de recursos públicos para o financiamento de máquinas e implementos agrícolas, lideranças do setor elogiaram o pacote de R$ 107,5 bilhões que o governo federal irá destinar à safra agrícola 2009/2010, mas ainda fazem coro ao apontarem a dívida acumulada como o principal gargalo para que o dinheiro chegue ao comprador do trator, da colheitadeira ou do implemento. Sem uma solução para um passivo que chegaria a R$ 140 bilhões, cujas várias renegociações ainda deixam o produtor rural inadimplente, o agricultor não consegue o crédito e a potencial demanda existente pode não ser efetivada em negócios.

"É preciso fazer um novo escalonamento dessa dívida, porque ela é uma das pernas do tripé que ainda reúne a oferta de recursos e a demanda do produtor. Essas outras duas pernas vão bem com o plano de safra, porque os recursos são suficientes e a procura existe, mas as dívidas ainda impedem que haja um equilíbrio", disse Gilberto Zago, vice-presidente de

Máquinas Agrícolas da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea).

De acordo com a Anfavea, de janeiro a maio deste ano foram comercializados 15.394 tratores, queda de 3,2% sobre os 15.903 de igual período de 2008. Mas o perfil do setor mudou, com redução das vendas de veículos grandes e com o aumento dos pequenos, até 75 cavalos de potência, faixa beneficiada por programas específicos, com juros subsidiados, dos governos federal, paulista e paranaense. As vendas de colheitadeiras despencaram 31% se comparados os mesmos períodos. O cenário dessas máquinas agrícolas não deve mudar em junho, cujos resultados devem ser anunciados pela Anfavea na próxima semana.

Já o vice-presidente da Câmara Setorial de Máquinas e Implementos Agrícolas da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), Francisco Maturro, tem posição radical quando à solução do endividamento do setor. "O plano de safra foi belíssimo, mas o crédito ao produtor segue travado por conta das dívidas passadas. Só mesmo o governo assumindo esse passivo será possível mudar o cenário, que segue difícil", disse Maturro.

Mesmo com o entrave que se tornou a questão da renegociação das dívidas, Zago, da Anfavea, é otimista ainda em relação ao cenário para o setor agrícola para a próxima safra, que receberá o aporte recorde de recursos do governo federal. "Os estoques mundiais ainda estão baixos, a demanda segue firme e os preços mínimos no mercado interno foram reajustados para um patamar bem mais compatível com o custo de produção", opinou o executivo. "Agricultura é confiança e, neste cenário, é possível que saiamos do patamar de 140 milhões para 150 milhões de toneladas de grãos", concluiu.

A mesma opinião tem o ex-ministro da Agricultura Roberto Rodrigues, coordenador do Centro de Agronegócios da Fundação Getúlio Vargas (GV Agro) e do Conselho Superior do Agronegócio da Fiesp. Segundo ele, a manutenção do cenário de estoques em baixas e de demanda ainda aquecida, juntamente com um retorno do crescimento econômico mundial no primeiro semestre de 2010, quando a safra brasileira será colhida, "dão condições excepcionais para o produtor brasileiro", disse.

Agência Estado

BNDES reduz de 10,25% para 4,5% ao ano taxa de juros do Finame – Sítio Eletrônico da CNA – 29/06/2009

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) anunciou hoje que o banco fez modificações importantes para as linhas destinadas à aquisição e exportação de bens de capital. Os juros para as linhas do Finem, Finame, Finame Agrícola e BNDES Automático foram reduzidos de 10,25% para 4,5% ao ano, exceto para aquisição de ônibus e caminhões, que terá taxa fixa de 7%.

Na exportação de bens de capital, o custo do pré-embarque foi reduzido de 12,05% para 4,5% e do pós-embarque caiu em 2 pontos porcentuais (para Libor mais 3%). Segundo o BNDES, também foi criado um programa para o refinanciamento de dívidas de empresas produtoras de bens de capital, com prazo de 12 meses, sendo até seis meses de carência. A redução de taxas e o prazo para requisitar o refinanciamento vão até 31 de dezembro de 2009.

Segundo o BNDES, a base do esforço de redução de juros é a queda da TJLP para 6% ao ano. Segundo o banco, a redução da taxa associada à equalização de juros feita pelo Tesouro Nacional, que pode atingir até R$ 42 bilhões, terá impacto generalizado nas taxas praticadas pelo BNDES, beneficiando todo o setor produtivo. Além disso, está sendo lançado o Fundo Garantidor para Investimentos (FGI), que dará garantia às operações de repasse do banco às micro, pequenas e médias empresas. O fundo poderá garantir até 80% do crédito contratado pelas empresas, junto ao BNDES e o seguro terá custo máximo de 0,15% ao mês.

O cartão BNDES também poderá ser usado, a partir de agora, para contratar serviços de pesquisa, desenvolvimento e inovação, aplicados ao desenvolvimento de produtos e processos. Segundo o banco, a iniciativa vai permitir que as empresas de menor porte tenham acesso facilitado ao crédito, para ganhar maior competitividade.

Prorrogado para 30 de setembro prazo para renegociar operações inscritas na Dívida Ativa da União (DAU) – Sítio Eletrônico da CNA – 30/06/2009

Os produtores rurais com débitos decorrentes de operações de crédito rural inscritos na Dívida Ativa da União (DAU) terão até 30 de setembro para renegociar seus saldos devedores no âmbito da Lei 11.775, que definiu no ano passado as condições para a repactuação de vários contratos. A prorrogação deste prazo, cujo vencimento estava previsto para hoje, está no artigo 7º da Lei 11.960, publicada no Diário Oficial da União desta terça-feira (30/6), e vale para as operações incluídas na DAU até 29 de maio deste ano.

A medida contempla tanto os produtores que quiserem pagar o valor da dívida de uma só vez como aqueles que desejam renegociar o passivo. No caso de liquidação total,

quem procurar o banco para aderir ao processo até 30 de setembro deverá quitar o saldo devedor até 30 de dezembro deste ano e terá descontos que variam de 38% a 70%. Já na renegociação, o prazo para pagamento é de 10 anos e os produtores terão abatimentos de 33% a 65% sobre as parcelas.

Para as operações transferidas para a DAU realizadas no âmbito da SUDENE, com exceção dos municípios localizados no Cerrado, e do Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER- Fase II), haverá acréscimo de 10 pontos percentuais sobre os percentuais definidos na Lei 11.775 (ver anexo desta lei). Em todas as operações, fica excluído o acréscimo de 20% de encargo quando os contratos passam a ser inscritos na Dívida Ativa.

Para aderir ao processo de renegociação para liquidar ou renegociar o passivo, os produtores podem formular pedido junto ao Banco do Brasil ou pela central de atendimento da instituição financeira pelos telefones 4003 0494 (capitais e regiões metropolitanas) e 0800 880 0494 (demais localidades). Segundo informações da Ativos S/A, empresa vinculada ao Banco do Brasil, a central de atendimento já está capacitada a prestar esclarecimentos aos produtores, conforme alteração feita pela Lei 11.960.

As solicitações poderão ser realizadas também nas unidades estaduais da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), no caso de o produtor manifestar interesse em quitar o débito.

Assessoria de Comunicação CNA
www.canaldoprodutor.com.br

CMN aprova resolução que reclassifica operações de crédito agropecuário – Sítio Eletrônico da CNA – 30/06/2009

O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou hoje (30) resolução que permite às instituições financeiras reclassificar para categorias de menor risco as operações de crédito renegociadas ou prorrogadas. Segundo nota do Banco Central sobre os votos aprovados na reunião desta tarde, para isso, é necessário "que o mutuário se mantenha na atividade regular de produção agropecuária".

Na reunião também foram estabelecidos os novos percentuais exigidos para aplicação dos recursos do crédito rural. Ao Programa de Geração de Emprego e Renda Rural (Proger Rural), destinado a pequenos e médios produtores, devem ser destinados 6% do total exigível na safra 2009/2010, que se inicia amanhã (1º). De acordo com o Banco Central, a medida vai assegurar em torno de R$ 2,35 bilhões ao programa. Essa margem passará para 8% no ciclo 2010/2011 e para 10% no 2011/2012.

Operações com produtores rurais associados a cooperativas até o valor de R$ 170 mil receberão 12% do total de recursos exigíveis na safra 2009/2010. Diferentemente do programa anterior, o percentual será reduzido para 10% no ciclo 2010/2011 e 8% no 2011/2012. Os 12% a serem aplicados nesta safra assegurarão cerca de R$ 4,7 bilhões às cooperativas e produtores associados.

Além disso, o CMN estabeleceu novos prazos para a renegociação das operações de investimento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) anteriormente definidos pela Lei 11.775, que trata da dívida rural. De acordo com nota do Ministério da Fazenda, "as dificuldades de acesso de alguns produtores às instituições financeiras, além de problemas de seca e enchentes que afetaram direta ou indiretamente a economia de algumas regiões, resultaram em níveis baixos de adesão pelos agricultores familiares".

Por isso, o pequeno produtor terá até 30 de outubro de 2009 para manifestar interesse em aderir ao processo de renegociação de suas dívidas. Até 30 de novembro eles deverão efetuar a amortização mínima exigida para receberem os benefícios assegurados para liquidação ou parcelamento dos débitos.

Os agentes financeiros terão até 20 de dezembro para formalizar as renegociações.

Agência Brasil

CMN define novos prazos de renegociação para operações de investimentos do Pronaf – Sítio eletrônico da CNA – 30/06/2009

O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou hoje (30/6) a definição de novos prazos para a renegociação das operações de investimentos feitas no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). A medida vale para aqueles operações que ainda não tenham sido renegociadas nas condições estabelecidas pela Lei 11.775/2008, sancionada após um amplo processo de discussão no ano passado. Desta forma, os produtores terão até 30 de outubro para manifestar, junto às instituições financeiras, interesse em aderir ao processo de repactuação dos débitos.

Também ficou definido neste voto que os produtores que aderirem à renegociação terão até 30 de novembro para efetuarem a amortização mínima do saldo devedor, previstas nos artigos 15, 16 e 17 da Lei 11.775, para obterem as vantagens asseguradas para liquidação ou renegociação das dívidas. Os agentes financeiros terão até 20 de dezembro para formalizarem as renegociações.

Café – Em outro voto, o CMN aprovou a redução, de 7,5% para 6,75%, das taxas de juros aplicadas às operações de custeio, colheita, estocagem, Financiamentos para Aquisição de Café (FAC) e das linhas de crédito contratadas para recuperar as lavouras

afetadas por granizo. O Conselho também estabeleceu que a liquidação das dívidas em sacas de café, desde que feita até o vencimento, poderão ser integrais ou parciais e deverão levar em conta o saldo devedor calculado com o bônus de adimplência previsto para a taxa de juros.

Subexigibilidades – Também foi definida a destinação de 6% dos recursos dos depósitos à vista (exigibilidades bancárias) para operações sob amparo do Programa de Geração de Emprego e Renda Rural (Proger Rural), assegurando recursos da ordem de R$ 2,35 bilhões, que será voltada para pequenos e médios produtores na safra 2009/2010. Este percentual será elevado para 8% no próximo ano e para 10% na safra 2011/2012. Outra medida destinará 12% da exigibilidade para aplicações em operações com produtores rurais ligados a cooperativas, cujo valor contratado não passe R$ 170 mil na safra 2009/2010. Este índice será reduzido para 10% na safra 2010/2011, e para 8% no período 2011/2012.

Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores
Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Lauro Mattei e Ademir A. Cazella

Assistentes de Pesquisa
Karina Kato e Silvia Zimmermann

Secretária
Diva de Faria

Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura

Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214
Fax: 21 2224 8577 – r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrrj.br
Sítio eletrônico: www.ufrrj.br/cpda

Apoio

CNPq actionaid CIRAD IICA nead Ministério do Desenvolvimento Agrário BRASIL GOVERNO FEDERAL